

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Maria Cecília Conte Carboni

Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa
1975 - 1979

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Maria Cecília Conte Carboni

Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa
1975 - 1979

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social sob a orientação da Professora Doutora Heloisa de Faria Cruz.

SÃO PAULO
2008

Banca Examinadora

Agradecimentos

Agradeço a todos os mestres e professores que estiveram presentes em minha vida acadêmica, desde a graduação até agora. E aos profissionais que, mesmo fora dos bancos acadêmicos, também deixaram em mim a marca do conhecimento.

À minha família, a de sangue e a de alma, por estarem e permanecerem ao meu lado nos momentos de riso ou de choro, me fazendo crer que o melhor sempre estará por vir. Aos amigos de sempre, Raquel, Patrícia, Andrezza e Beto; aos que levo sempre comigo, Fernanda, Rodrigo e Silvia.

À incentivadora primeira deste projeto, Ana Rita, que acompanhou as primeiras idéias e me ajudou a montar o projeto, e à Susel, que me acompanhou ao final desta jornada.

À minha irmã Beatriz, sempre inspiradora, que me guia até hoje em minhas escolhas. Aos meus pais, Celso e Cibele, sempre presentes a apoiadores dessas escolhas, meus exemplos de correção e caráter.

À minha avó Carmem e minha Tia Lisete, pelo amor incondicional.

Sou grata à minha orientadora Heloisa de Faria Cruz, por ter me conduzido neste caminho tão novo e instigante.

Aos professores doutores que participaram de minha banca de qualificação Mauricio Broinizi e Olgas Brites

Agradeço à CAPES pelo auxílio financeiro durante esses 15 meses de trabalho e aos funcionários do AEL – Arquivo Edgar Leuenroth (UNICAMP) e do CEDIC – Centro de Documentação e Informação Prof. Casemiro dos Reis Filho (PUC-SP).

A história é feita por homens e mulheres que a inventam a cada instante, no cotidiano de suas vivências, ou no palco político por eles montado. Muitas dessas vivências ou atuações políticas perdem-se para sempre, acumulando-se aos silêncios historicamente constituídos, já que a história oficial tem sido parcial, silenciando ou escondendo sujeitos.

Ana Maria Colling

RESUMO

O objetivo deste projeto é analisar a trajetória do Movimento Feminino pela Anistia de São Paulo, a partir do seu boletim *Maria Quitéria*, publicado entre 1977 e 1979. No decorrer de sua publicação o boletim foi dinamizado como um instrumento de articulação do MFPA em pleno momento de reivindicação de uma lei de anistia para presos e exilados políticos, na vigência da ditadura militar brasileira, de 1964 até 1988.

Sua linha editorial era voltada à aprovação da lei de Anistia, com a particularidade de apresentar o tema sob a ótica feminina, e não feminista. Trata-se de refletir sobre a linha editorial e a rede de comunicação e ação que o constituía e analisar a natureza de suas propostas e estratégias e as diferentes nuances existente sobre anistia no interior do movimento por anistia.

Palavras-chave: MFPA, anistia, imprensa, ditadura militar

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze all the trajectory of Feminism Movement for the Amnesty (Movimento Feminino pela Anistia), through its periodical called Maria Quitéria, from 1977 to 1979. During its publishing, the periodical was dinamized as a instrument of articulation of MFPA in a time of strong debate for a amnesty law for political prisoners and exiled, throughout the Brazilian military dictatorship, from 1964 to 1988.

Its editorial line had a focus on the approval of the Amnesty law, with the particularity to present the theme under a feminine view, but not feminist one. The project is about its editorial line and the communication and action net that it is build around the periodical, and still analyze its propositions, strategically and its differential dimensions of amnesty existents in the groups that formed the campaign for amnesty.

Keywords: MFPA, amnesty, press, military dictatorship

SUMÁRIO

CAPÍTULO I. A FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA	19
CAPÍTULO II. O BOLETIM MARIA QUITÉRIA: PORTA-VOZ DO MFPA.....	40
CAPÍTULO III. UM FURO NA BARRAGEM OU UMA VITÓRIA PARCIAL?.....	67
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	91

INTRODUÇÃO

Quase trinta anos de distância não foram capazes de resolver dúvidas sobre uma lei que deixou interrompido um processo de resolução e reparação entre partes opostas envolvidas num conflito igualmente inacabado. Pelo fato de ter promovido uma anistia de mão dupla, a lei promulgada em agosto de 1979 deixou insatisfeitos muitos setores que lutavam por uma anistia que não significasse o esquecimento. Só mais recentemente, e ainda de forma incompleta, os governos democráticos desenvolveram ações que rememoram as vítimas do regime e tentam fazer justiça a elas. Depois da anistia de 1979, só em 1995 aprova-se nova legislação que prevê a indenização aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos, abrindo a possibilidade para que só então muitas famílias requeiram o atestado de óbito de seus parentes. Ainda sim, esse tema continua polêmico.

Recentemente os jornais publicaram o embate entre a família de Carlos Lamarca e a justiça militar. A família propôs uma ação que tinha por finalidade obter a promoção de Lamarca ao posto de coronel, com os proventos de general de brigada. A ação foi julgada improcedente, sendo seguida de recurso. Para o ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos da primeira gestão do presidente Lula e um dos autores do livro *Dos filhos deste solo*, Nilmário Miranda, no caso de Carlos Lamarca, o que estava em julgamento não eram os crimes atribuídos ao oficial na luta armada, mas sim a responsabilidade do Estado que o assassinou. Ele ainda completa: “o Brasil tem, desde o Império, uma tradição de anistia que beneficia todos os lados envolvidos”.¹

Como esse caso, outros ainda continuam sem solução ou à espera de uma sentença, seja quanto às indenizações ou ao reconhecimento do Estado brasileiro pela morte ou desaparecimento de militantes de esquerda. Para a especialista em direitos humanos e professora de direito constitucional da PUC-SP Flávia Piovesan, no caso Lamarca, “a decisão de abertura da ação é o início de um processo”. E a autora completa: “Diante da timidez do passado, esse reconhecimento é um passo

¹ “Ex-secretário afirma que processo foi legal”. *O estado de São Paulo*, 04.11.2007.

fundamental, um avanço extraordinário. A partir desse caso discute-se hoje o direito à verdade, o acesso aos arquivos militares e a revisão da Lei da Anistia”.²

Nos últimos meses do ano de 2007, o ministro especial da Secretaria dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, sugeriu a anulação da Lei da Anistia de 1979. Segundo ele, “os tribunais brasileiros precisam se adaptar aos tratados de direitos humanos assinados pelo País que condenam crimes políticos e prática de tortura”.³ E como o Brasil reivindica um assento no Conselho de Segurança do ONU, isso deveria ser um pressuposto.

Para tentar analisar uma das faces desse processo, este trabalho tem como objetivo principal estudar a trajetória e a construção do Movimento Feminino pela Anistia a partir do boletim *Maria Quitéria*,⁴ produzido pelo movimento entre os anos de 1977 e 1979, na cidade de São Paulo. O boletim se caracterizava pela defesa da anistia, como medida urgente para o fim do regime militar e para a volta da democracia.

Para tanto, a pesquisa busca refletir sobre a criação e a trajetória Movimento Feminino pela Anistia, suas relações no interior do movimento de mulheres, particularmente com os grupos que se articularam em torno do jornal *Brasil Mulher*, e as tensões que levaram a separação desse grupo e à criação do boletim *Maria Quitéria*. A pesquisa se propõe também a discutir o papel e a inserção do MFPA na campanha da anistia e suas articulações e alianças políticas naquela conjuntura.

Em março de 1975, uma matéria chamada “Mulher – O segundo sexo”, de autoria do jornalista Paulo Sérgio Markun, era publicada na revista *Banas*. Nela se abordava a questão da participação da mulher no mercado de trabalho e na vida política e social. Segundo o depoimento da advogada Therezinha Zerbine, foi essa matéria que inspirou a criação do Movimento Feminino pela Anistia. Ela se tornaria a figura central do movimento, que, por volta do ano de 1978, com a formação dos

² “Lei da Anistia optou pelo esquecimento e pela paz sem justiça”. *Folha de São Paulo*, 28.01.2007.

³ Disponível em <www.agenciaestado.com.br>. Acesso em 28.12.2007.

⁴ O nome do boletim, *Maria Quitéria*, é inspirado numa baiana que lutou pela independência brasileira em 1823, disfarçada de homem para poder combater. Assim que foi descoberta sua verdadeira identidade, ela foi agregada à tropa como mulher, ganhou novas vestimentas e foi condecorada pelo imperador D. Pedro I, tornando-se a única patrona do Exército brasileiro.

CBAs,⁵ ganharia novos rumos e uma dimensão mais ampla do que a alcançada pelo MFPA.⁶

Lembrando daquele tempo, Zerbine conta que a leitura daquela matéria fez com que uma série de acontecimentos em sua vida ganhasse significado político, para além da indignação ou do medo que sentia.

Personagem marcante e controversa, Therezinha Zerbine inicia seu engajamento político no antigo PTB. Chama o golpe de 64, que cassou seu marido, um general que não quis participar do levante, de quartelada. Conheceu grande parte da cúpula do Exército, incluindo alguns ex-presidentes, sabendo como poucos dentro do movimento que fundou e articulou como enfrentá-los e desafiá-los, sem atravessar os limites da restrita legalidade daqueles anos.

Em suas lembranças, esses traços de rebeldia são assumidos como marcantes em toda a vida. A mentora do MFPA fora uma adolescente tuberculosa que desobedecia ao médico, no sanatório em São José dos Campos, mesmo com as mais rígidas recomendações sobre sua saúde. Por achar que iria morrer, aproveitava aqueles momentos tomando um longo banho, abrindo as janelas do quarto e dando uma volta pelos corredores do sanatório.⁷

Anos mais tarde, lembrando de sua prisão em meados de 1970 devido ao envolvimento no Congresso clandestino da UNE em Ibiúna, declarou que, quando se viu sentada em frente a um policial que a interrogava, no DOI-CODI, em pleno tom de desobediência, achou “melhor levantar da cadeira, já que apanhar sentada seria bem pior” (ZERBINI, 2007).

Ter vivido na pele a condição de presa política e ter tido a experiência de testemunhar as atrocidades realizadas pelo aparato repressivo sem dúvida foi algo que deixou marcas profundas em Therezinha e que lhe deu impulso para as atitudes que tomou tempos depois.

Foi em nome da indignação que sentiu desde a cassação do General Euryale Zerbine que ela soube que teria que fazer algo. Antes e até durante o MFPA, ela já

⁵ O Comitê Brasileiro pela Anistia surgiu em 1978, foi liderado pelo advogado Luis Eduardo Greenhalgh, entre outros. Teve núcleos em vários estados e realizou alguns congressos para discutir a anistia.

⁶ O movimento feminista teve grande inspiração do livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir

⁷ Ver o episódio no livro organizado por Clara Charf, a pedido da ONU, *Brasileiras guerreiras da paz*.

militava na oposição, dando apoio e retaguarda a alguns grupos e ajudando em ações que objetivavam uma resistência política pacífica. Recebeu e abrigou vários procurados pelo regime em fuga, ou recém libertos, com roupas, dinheiro ou lugar para se esconder. Alimentou e cuidou de alguns torturados e feridos. Arranjava lugares para reuniões de grupos políticos, como foi o caso do congresso clandestino de Ibiúna, em 1968. Esse também era o caso de outras mulheres que se juntaram ao movimento, trabalhando nas sombras de uma resistência silenciosa, cada vez mais pressionada.

Assim, buscando contatos e pessoas interessadas em se mobilizar, um grupo de mulheres de classe média, envolvidas com circunstâncias geradas pela repressão policial e militar, dominadas pela impaciência perante uma situação ameaçadora, decide fundar o MFPA, impulsionadas pelo Ano Internacional da Mulher, promovido pela ONU, em 1975. Essas manifestações acontecem no mesmo momento da chegada do pensamento feminista no Brasil, que de certa forma se beneficia dessa mobilização de mulheres contra o regime militar para avançar com suas discussões.

As mulheres, como afirma a historiadora Ana Maria Colling, são “uma presença silenciada na história e sua voz não é ouvida na política – a arena pública é masculina por excelência” (COLLING, 1999, p. 25) –, passam a se tornar cada vez mais presentes na esfera pública e, portanto, política que então começam a ocupar. Desse modo, a discussão, antes privada e doméstica, ganharia força junto a entidades civis, Igreja Católica, empenhada no fim da tortura aos presos e exilados políticos, e uma parte do Congresso Nacional, representado pelo MDB, até se tornar pauta de discussão dentro da arena política e irremediavelmente pública.

O MFPA acaba atraindo, inicialmente, esse grupo raro de pessoas, que decidem se manifestar de maneira pacífica e articulada, com outras expressões políticas, a fim de impulsionar a volta do estado democrático, fundando, portanto, um novo espaço de discussão por anistia. O movimento se fortifica ainda mais quando decide tornar pública sua luta por meio de um periódico, a princípio o jornal *Brasil Mulher* e mais tarde o boletim *Maria Quitéria*.

O interesse pela pesquisa se estabeleceu depois que li a entrevista de Therezinha Zerbine na revista *Caros Amigos* e entendo que as questões trabalhadas

aqui estão abertas, são atuais e dizem respeito a vivências que norteiam a vida política do país ainda hoje.

Na entrevista da revista *Caros Amigos*, era citado o boletim *Maria Quitéria*, que posteriormente encontrei no Arquivo Edgar Leunroth, na UNICAMP. Esse boletim, carregado de especificidades em seu nome, formato e conteúdo, me chamou atenção, por desconhecer, até então, uma manifestação impressa de um movimento que lutava pela anistia, sobre o qual eu também não tinha informações, tamanha é a força idéia de que a anistia foi algo consentido e não conquistado.

Tanto o boletim quanto a própria instituição do MFPA fomentam uma discussão ainda presente e atual sobre os desdobramentos de uma anistia que contemplou torturadores e torturados, que foi parcial e restrita, não condizente com a vontade de boa parte da sociedade civil organizada. Essas questões dizem muito sobre aquele período de tensionamento e de tão poucas conquistas de uma sociedade civil em luta contra a ditadura militar. De todos os países da América do Sul que passaram por ditaduras militares nesse período, o Brasil foi o único a ter esse tipo de anistia recíproca, parcial e restrita.

Porém existem reviravoltas nesses casos. Recentemente a justiça italiana pediu a prisão de onze brasileiros, entre militares e policiais, suspeitos de participarem da Operação Condor,⁸ que consistia na formação de um sistema de inteligência para troca de informações entre as ditaduras militares no Brasil, Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai sobre opositores do regime. A Justiça italiana ainda pediu a condenação dos responsáveis pela morte do guerrilheiro Libero Giancarlo Castiglia, nascido na Itália e morto durante as operações na guerrilha do Araguaia.⁹

É frontal a importância do MFPA, no quesito organizacional e público, para a formação de uma campanha mais abrangente pela anistia, por seu pioneirismo, pelo poder de articulação e pela coragem de Therezinha Zerbine. Essa articulação algumas vezes é negligenciada pela historiografia, apesar de nas páginas do boletim *Maria Quitéria* haver uma memória social e política da campanha pela anistia e da história do MFPA.

⁸ Mais informações sobre a Operação Condor em Dinges (2005).

⁹ Ministro de Lula prega revogação da Lei da Anistia. Disponível em <www.agenciaestado.com.br>. Acesso em 28.12.2007.

Da vasta bibliografia sobre questões referentes ao regime militar, escolhi alguns estudos mais recentes, como os dois últimos volumes da série sobre ditadura do jornalista Elio Gaspari, *Ditadura Encurralada* e *Ditadura Derrotada*, para traçar um panorama daquela conjuntura de meados da década de 1970. Para evidenciar e debater as relações entre Igreja Católica e governo militar, o livro *Diálogos das Sombras*, de Kenneth P. Serbin, aborda os esforços da liderança de ambos os setores para superar as dificuldades impostas por um governo que se dizia democrático, mas destruía seus opositores.

Foram consultados estudos sobre questões da mulher neste período, como o livro de Ana Maria Colling sobre a resistência da mulher à ditadura militar no Brasil, que conta a atuação de mulheres em organizações clandestinas, presas pelos órgãos de repressão. Ainda sobre as questões das mulheres, consultaram-se estudos que remetem à formação do feminismo no Brasil, na década de 1970, que incluem o MFPA e a figura de Therezinha, como *Uma história do feminismo no Brasil*, de Celi Regina Jardim Pinto, e *Mulheres em Movimento*, de Maria Lygia Quartim de Moares.

Numa outra frente de bibliografia, o livro de Bernardo Kucisnki, *Jornalistas e Revolucionários*, sobre a imprensa alternativa do período, ajudou na identificação dos periódicos, seus profissionais, suas metas editoriais e políticas, fornecendo um rico levantamento da pequena imprensa e da imprensa alternativa desse período, além de discutir a questão de o boletim *Maria Quitéria* ser ou não um jornal. O periódico ganha destaque no livro, como uma publicação que surge para trabalhar a campanha e dar destaque à anistia, junto com outros periódicos alternativos da época.

Para discutir a criação que originou o boletim *Maria Quitéria*, utilizei a dissertação de Karen Debertolis sobre o *Brasil Mulher, Brasil Mulher: Joana Lopes e a Imprensa Alternativa*. A pesquisa traz o relato de Joana Lopes sobre a fundação do *Brasil Mulher*, suas edições e os fatos que levaram Therezinha Zerbine a se retirar do jornal. Assim, o boletim *Maria Quitéria* passou a contemplar uma função mais extensa e complexa, pois conta sua própria história e denota os caminhos percorridos pelo MFPA, a partir de 1977.

São poucos os estudos que privilegiam a formação de uma bibliografia sobre anistia, talvez por ser considerada por muitos estudiosos, algo muito recente. Dois

deles utilizo em meu trabalho e trazem para o debate questões sobre a formação de um conceito de cidadania próprio no país, que tiveram seu embrião estabelecido durante a campanha da anistia, como é o caso da dissertação de Fabiola Brigante Del Porto, *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*.

Outra fonte é a dissertação defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2002, por Andressa Maria Villar Ramos, *A liberdade permitida. Contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia: 1975-1980*, em que se discute a anistia como uma conquista permitida pelo estado. A pesquisa traz desde o nascimento da luta por anistia, passando pela formação do MFPA e dos CBAs e suas diferenças, confirmando a existência de um legado deixado por essas instituições e por essa luta.

Num dos depoimentos que Therezinha Zerbine prestou à pesquisadora, ela esclarece a função da publicação e de onde vinha o dinheiro para sua produção:

“O jornal *Maria Quitéria* era, na verdade, um boletim onde registrávamos as nossas andanças, vitórias e uma literatura de combate à inércia e à acomodação. Os fundos para realizar os quatro números que saíram do *Maria Quitéria*, eram de nossas economias e de alguns bazares que fazíamos.” (RAMOS, 2002, p. 66)

O boletim *Maria Quitéria* é, ao mesmo tempo, fonte essencial da pesquisa e um dos seus objetos. Por meio dos registros de atividades do MFPA, conta sua própria história, que se esclarece no nome que tem como título, traça e documenta os caminhos percorridos pelos sujeitos que participaram efetivamente da campanha pela anistia, sem esquecer que era a face impressa de um movimento pioneiro com posições bem determinadas num momento de definições políticas.

Outras fontes importantes foram os jornais que formavam a rede tecida pelo boletim *Maria Quitéria*, no cenário do jornalismo alternativo e dos jornais da grande imprensa. O próprio boletim apontou quais seriam eles: *Brasil Mulher*, *Movimento*, *Opinião*, *Coojornal*, *Pasquim*. Todos eles reconhecidamente importantes jornais de oposição ao governo militar, pois eram dos poucos espaços restantes de articulações políticas naquela década de 1970. Foram também celeiro de muitos profissionais hoje atuantes na área e germe de novas idéias editoriais.

Esses jornais constituíram uma rede de comunicação e encontram-se no Arquivo Edgar Leunroth, na Universidade de Campinas, e no Centro de

Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho, o CEDIC, da PUC-SP. Entre os jornais convencionais o *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, entre outros, foram encontrados no acervo pessoal de Therezinha Zerbine, o que também possibilitou ter acesso a documentos e informações que não são de conhecimento público.

A tese de Heloisa Greco, *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*, investe na análise sobre a anistia, trazendo o embate entre memória e esquecimento. Analisa, ainda, como a anistia concedida em 1979 foi ambígua: por um lado foi festejada por dar continuidade à transição para a democracia e por outro questionada por ter anistiado tanto as vítimas do regime como também seus algozes. Utilizando documentos da época e alguns inéditos, a autora traz o tema para a discussão atual, com pronunciamentos recentes de militares e extorturadores.

Para traçar esse caminho foi necessário revelar e ouvir os sujeitos desses acontecimentos. Para tanto a pesquisa investiu em entrevistas com esses principais sujeitos, usando métodos da história oral.

“A história oral possibilita ao investigador conhecer o sujeito na sua singularidade, isto é, permite que este se manifeste no contexto de sua vida.” (OLIVEIRA, 2005, p. 267)

Além de ter o boletim como fonte, foram realizadas algumas entrevistas com alguns dos personagens do período. Entre eles, Therezinha Zerbine, Luis Eduardo Greenhalgh, Nicodemus Pessoa e Yara Peres.

Mais do que presidente do MFPA, Therezinha Zerbine foi uma das principais representantes do movimento, assim como de toda campanha. Ela fez parte de um tipo de oposição ao regime militar que agia silenciosamente, porém funcionava como uma espécie de retaguarda de outro nível de oposição, mais aguerrido.

No episódio que ocasionou sua prisão, em 1970, o então colega de faculdade de seu marido no curso de filosofia da USP Frei Tito sonda o casal sobre um lugar para a realização do Congresso da UNE, clandestino, em 1968. Foi por intermédio de Therezinha que o sítio em Ibiúna foi conseguido. Pouco depois, policiais da OBAN¹⁰ foram até o bairro do Pacaembu, em São Paulo, para levar a advogada

¹⁰ Operação Bandeirantes.

para interrogatórios. Foram três meses de prisão, divididos entre a OBAN e o presídio Tiradentes.

Passada a fase da oposição silenciosa para a declarada, Therezinha não poupou esforços para levar adiante o anseio pelo fim do regime militar e todos seus atos de repressão.

Outro depoimento fundamental foi do advogado Luis Eduardo Greenhalgh, que até hoje defende famílias de presos políticos. Um dos líderes do CBAs, o ex-deputado foi um dos fundadores dos Comitês Brasileiros pela Anistia, organização que deu mais fôlego e entusiasmo para a campanha da anistia. Apesar de não concordar com alguns posicionamentos do MFPA, admite seu pioneirismo e sua importância naqueles tempos.

Nicodemus Pessoa foi essencial para entender como o boletim funcionava e de que maneira era elaborado. Em seu depoimento, falou do engajamento que o fez aceitar o convite de editor em um boletim pela anistia, de sua parceria com o MFPA e de como trouxe, com sua experiência de redação de jornal, um comprometimento raro em profissionais do jornalismo, realizando sua militância com correção e cautela.

Yara Peres estava presente na fundação do MFPA, e com o grupo permaneceu até o final. Jornalista e ativa politicamente, Yara conta do início do MFPA e da necessidade de um movimento como aquele e de como eram estabelecidos os contatos do grupo.

Tendo em mente que a memória resgatada por essas entrevistas é parte de um processo de criação de fatos e significados concretizados num discurso elaborado no tempo presente e que coloca em pauta as relações entre história e memória, assumimos os riscos de escrever sobre um personagem da história ainda vivo, que emite opiniões e lembranças sobre fatos ocorridos no passado, que dialogam com informações vindas de outras fontes documentais. Vale lembrar que a presença do entrevistador também acaba por moldar o relato do entrevistado, assim como sua própria escrita (PORTELLI, 2005, p. 268).

Portanto, a dissertação estará assim organizada: o primeiro capítulo, investe no estudo da trajetória de criação e organização do MFPA, suas articulações com o grupo que militava em torno do jornal *Brasil Mulher*, bem como as razões que

levariam à separação desse grupo e à fundação de um novo espaço público para o debate da anistia, que resultam no surgimento do boletim *Maria Quitéria*.

O segundo capítulo é dedicado a esmiuçar todo o conteúdo do boletim, a criação desse novo espaço de debate e repercussão sobre a anistia, tentando mostrar essa rede de contatos com outros veículos de comunicação, a constituição dessa memória social do movimento, o arco de alianças, no campo político, construído no sentido de fortalecer o movimento, e as disputas por espaços políticos que se desenhavam naquele momento.

No terceiro capítulo iremos discutir o que aconteceu durante os debates sobre a Lei da Anistia, quais eram os grupos, por quem eram formados, quais eram as divergências, que anistia era proposta. Além disso, investimos na discussão sobre a ambigüidade da Lei da Anistia, requerida pelos diferentes setores que compunham o movimento pela anistia, e suas repercussões mais atuais.

Nas lutas contra a ditadura militar no Brasil, diversos grupos e sujeitos sociais com diferentes projetos e linhas de ação buscaram construir novos espaços políticos no cenário do país. Momento privilegiado desse embate foi a luta pela a anistia, que desde o início do regime veio à tona como saída em direção à democracia. Essa saída foi sinalizada apenas em 1979, sob críticas e comemorações, mas, sobretudo, sob tensões que se prolongam até os dias de hoje, sem uma aparente resolução ou fim. São questões que permanecem em aberto e que atraem a atenção do pesquisador para a discussão de um passado que ainda é muito presente.

CAPÍTULO I. A FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

O Movimento Feminino pela Anistia foi fundado em São Paulo, no ano de 1975, por um grupo de mulheres, entre elas, Lila Galvão Figueiredo, Cristina Sodré Dória, Margarida Neves Fernandes, Virginia Lemos de Vasconcelos, Yara Peres Santestevan, Eugênia Cristina e Ana Lobo, além de Therezinha Godoy Zerbine.

Desde o início, o MFPA buscou organizar-se em cada estado promovendo reuniões regionais regulares, como a criação de núcleos estaduais, que se articulavam nacionalmente.

Dois anos depois era lançado, no mês de abril, o periódico *Maria Quitéria*, que se anunciava como o boletim oficial do movimento e trazia em sua primeira edição a trajetória de dois anos de trabalho a favor da Lei da Anistia.

Publicado entre os anos de 1977 e 1979, o boletim *Maria Quitéria* se constituiu na face pública e impressa de uma das vertentes mais importantes do movimento brasileiro pela anistia no período, o MFPA – Movimento Feminino pela anistia, liderado por Therezinha Zerbine, uma advogada movida pela política, que, ao se casar com um membro do Exército brasileiro, o General Euryale Zerbine, ampliou sua participação política. O MFPA, fundado em 1975, constituiu o primeiro grupo organizado, legal e público que se propunha a articular politicamente a luta a favor da anistia naqueles anos.

Como indicam vários estudos sobre o tema (MARTINS, 1978), desde os primeiros anos de regime militar, podem-se rastrear várias manifestações esparsas e intermitentes a favor da anistia na imprensa, no Congresso Nacional, principalmente por intermédio do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), em manifestações da Igreja Católica, ou até mesmo em setores do governo, como declarações do general Pery Bevilacqua em uma entrevista à revista *Manchete* (MARTINS, 1978).

Apesar de esparso e ainda inconsistente, o chamado pela anistia era requerido por esses setores, cada qual a sua maneira, porém ainda não encontrava meios para se fortalecer como proposta de luta, ante o terror imposto pela repressão

política social empregada pelo governo militar. É o que a autora Heloisa Greco chama de desertificação social (GRECO, 2003), momento em que se dá o esvaziamento dos espaços públicos, acarretado pelo vazio político, seja nas manifestações das ruas ou dentro do congresso.

Como também lembra o professor da Universidade Federal Fluminense Daniel Aarão Reis Filho, em momento mais recente, sobre a campanha da anistia e sua conjuntura:

“Assim, ao recuperar a memória da anistia e do movimento que lutou por ela, é importante ter presente uma atmosfera cinzenta e pesada, onde o imponderável e o imprevisível cercavam as pessoas que se articulavam com coragem e generosidade para obter a realização de um programa que, em muitos momentos, e por muita gente boa, fora considerado insensato e irrealizável.” (REIS FILHO, 2001, p. 133)

Com a chamada Frente Ampla,¹¹ em meados de 1968, já se ouvia falar em anistia, porém contida num programa de retorno do estado democrático e num momento que antecede o Ato Institucional nº 5.

Para os militantes da causa da anistia, a passividade causada pelo medo era a primeira barreira a ser vencida, já que no período pós-Ato Institucional nº 5¹² os espaços políticos públicos para discussão e articulação se fecharam definitivamente. A sensação de perseguição e cerceamento estimulava o medo, o terror. Um exemplo dessa dificuldade era a perseguição até entre os exilados políticos em países da América Latina.

“Em 72, o regime militar continua sua matança indiscriminada no país e a pilha de mortos é formada por militantes de todas as organizações. O sistema repressivo neutralizara Montevidéu como base de trânsito e apoio, em Santiago estão lotados (entre legais e ilegais) cerca de duzentos militares e agentes policiais na embaixada

¹¹ Movimento político lançado em 28 de outubro de 1966 com o objetivo de lutar pela "restauração do regime democrático" no Brasil, a Frente Ampla teve como principal articulador o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e contou com a participação dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, e de seus correligionários.

Em <www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/8Exilio/Articulacao_da_oposicao.asp>.

¹² AI-5 autorizou o presidente da República, independentemente de qualquer apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, a cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, a decretar o confisco de "bens de todos quantos tenham enriquecido ilícitamente" e a suspender a garantia de *habeas corpus*. Ainda no dia 13 de dezembro, o AC-38 decretou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. Um ano depois o governo publica o A1-14 que legalizou a pena de morte e prisão perpétua. Ver <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5744_4.asp>.

brasileira e outros órgãos de representação do governo brasileiro tornando a vida dos exilados um jogo de sobrevivência diário.” (MIR,1994, p. 658)

Mesmo assim, apesar de algumas mudanças políticas e sociais terem acontecido a favor da oposição, como a vitória nas eleições de 1974,¹³ o cerco repressivo não dava trégua, agora com uma nova face a apresentar: a de um modelo democrático.

“O que os generais Emilio Médici e Orlando Geisel fizeram com a esquerda revolucionária – trucidá-la – os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva faziam com o Partido Comunista Brasileiro. Geisel e Golbery assumiram o poder em 15 de março de 1974 com uma obsessão: institucionalizar o Estado militar. Na primeira reunião ministerial, a 19 de março de 74, Geisel sinaliza a rota. O que era um regime de exceção deveria se tornar um modelo ‘democrático’.” (MIR, 1994, p. 667)

Nesse período da década de 70, setores do governo militar optaram pela radicalização em ações militares, o que fez com que ocorressem situações de constrangimentos, prisões, tortura e morte de figuras públicas e políticas, como foi o caso de Wladimir Herzog e de Maria da Conceição Tavares.

A professora chegou ao aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro para uma viagem com destino a Santiago de Chile. Ao apresentar seu passaporte a um dos funcionários da Polícia Federal, foi convidada a acompanhá-lo. De lá seguiu para ao prédio da Polícia Central e depois, encapuzada e deitada no chão do carro, foi levada para o DOI-CODI, onde foi interrogada. Depois do episódio um colega comentaria com ela: “tudo aquilo era contra Geisel”.¹⁴

Caso semelhante, porém mais grave, e de final bem mais complexo, aconteceu com o jornalista Wladimir Herzog. A ofensiva contra o PCB, em especial o de São Paulo, atingiu novo foco em outubro de 1975, direcionando-se a sua base universitária e em seguida aos jornalistas. Parte dessa ofensiva recaiu sobre a TV Cultura, em que Herzog trabalhava na época. O jornalista também militava no PCB, assim como vários outros jornalistas de outras redações, mas não era exatamente um quadro do partido. Era sabido que seu nome estava presente na lista daqueles que seriam chamados a prestar explicações sobre suas atividades políticas.

¹³ O MDB era o único partido de oposição consentida pelo governo e naquele momento passou a ser um oposição legitimada pelo voto direto (KUCINSKI, 1982, p. 58).

¹⁴ Para maiores detalhes sobre o episódio, ver Gaspari (2003, p. 478-479).

Num dia foi procurado pelos policiais no local de trabalho e garantiu a eles que se apresentaria no dia seguinte no DOI-CODI. Assim o fez. Lá foi torturado e morto, porém sua morte foi justificada como um suicídio. Anos depois foi comprovada a construção proposital da circunstância de suicídio e o Estado foi responsabilizado por sua morte.

“Para esse homem tímido e miúdo confluíam três crises, todas carregadas de ódio. Uma era o choque da Comunidade com Geisel. Outra, a caçada do CIE ao Partidão. A terceira, mais virulenta, era o conflito do general Ednardo com o governador Paulo Egydio Martins. A prisão de Vlado Herzog servia a todas.” (GASPARI, 2004, p. 174)

A morte do jornalista chegou rapidamente aos ouvidos de todos da classe jornalística e política, a ministros de estado, setores da Igreja até o governador de São Paulo. A notícia também chegou rapidamente aos universitários, que logo se organizaram, e a revolta e a comoção se transformaram em ato político nas ruas da cidade. A missa de sétimo dia de Vlado teve estratégia de guerra para os órgãos de repressão. Como Herzog, outros presos políticos morreram nas mesmas circunstâncias, na farsa do suicídio, entre eles o operário Manuel Fiel Filho José Ferreira de Almeida, o Piracaia, um tenente reformado.

A repercussão das mortes e prisões anunciava a crise iniciada pela vitória do MDB em 1974, pelo fim do milagre econômico e pelo discurso de distensão gradual de Geisel, crise¹⁵ aberta pelos setores militares mais duros, que já tinham um candidato à presidência para suceder Geisel. Não se tratava de João Batista Figueiredo, e sim do general Silvío Frota.

“Com a escolha do general Ernesto Geisel para suceder o general Médici na presidência da República, dá-se, não uma nova mudança de guarda, mas o ‘retorno ao poder supremo da facção castelista’, o que abre a possibilidade de rompimento dos vínculos de solidariedade direta entre a presidência e os agentes terminais da repressão e da tortura – condição insuficiente, mas necessária, para qualquer política de eliminação dos atos de exceção.” (KUCINSKI, 1982, p. 16)

Grande parte do Exército e governo militar não aceitava a imposição de Geisel de iniciar o processo de distensão política. Desde o início dos governos militares, a partir de 1964, o Exército se dividia em dois setores opostos e conflitantes. Um defendia a permanência de um governo centralizador e

¹⁵ Para saber mais sobre a crise interna do regime militar na década de 70 ver Habert (1996); Mathias (1995); Couto (1999).

eminentemente militar, e para isso não pouparia esforços para se manter governo. O outro, ainda que militar e defensor dos mesmos métodos, acreditava que já era hora de se distanciar do modelo imposto em 64 e “da eternização e aprofundamento da ditadura” (GASPARI, 2004, p. 302).

Ainda na sua avaliação sobre os abalos iniciais do regime militar, Kucinski (1982, p. 16) pondera que “os castelistas (...) consideravam-se os intelectuais do Exército. Não escondiam seu desprezo pelos generais da tropa, como Costa e Silva ou mesmo Médici (...)”.

Um ano depois o regime exibiria mais um “suicida”,¹⁶ o operário Manuel Fiel Filho, e uma chacina, como ficou conhecida a invasão numa casa, no bairro da Lapa, em São Paulo, onde acontecia uma reunião com os principais líderes do PC do B. Na invasão alguns morreram e outros foram presos. Além de eliminar lideranças, essas ações tinham como objetivo desmoralizar aquilo que restava da oposição. Como reação a essas ações dos setores mais duros do regime, o presidente Geisel demitiu o general do segundo Exército, em São Paulo, Ednardo D’Avila Mello, após a morte de Manuel Fiel Filho.

Em abril de 1977, no aniversário de treze anos do golpe, o presidente Geisel fez uso, de forma não menos violenta, do AI-5 e fechou o Congresso por catorze dias. O resultado é a Emenda Constitucional nº 8, que ficou conhecida como Pacote de Abril.¹⁷ A emenda preservava a maioria da ARENA no Congresso e dava mais fôlego ao regime para as próximas eleições.

Meses depois, em outubro de 1977, montou-se uma operação de guerra para a demissão do ministro Silvio Frota. Com receio de um possível golpe, articulado pelo general Silvio Frota, Geisel agiu primeiro anulando uma possível tentativa de deposição (GASPARI, 2004, p. 367).

¹⁶ Vários militantes políticos, assassinados em sessões de tortura, tiveram a causa de sua morte identificada, pelos órgãos responsáveis, em seus laudos, como suicídio, muitas vezes forçados de forma grosseira. O caso mais notório foi o do jornalista Wladimir Herzog. Anos depois a farsa foi descoberta e o estado responsabilizado por sua morte.

¹⁷ O pacote previa as eleições indiretas para governador, alterando a composição dos colégios eleitorais nos estados; criou a figura do senador biônico, assegurando a maioria do partido do governo, fazendo com que a eleição de um dos senadores do estado fosse eleito indiretamente; alterou o sistema de cálculo das representações dos estados na Câmara dos deputados. Agora a formação das bancadas seria conforme a população e não pelo eleitorado; dividiu o estado do Mato Grosso em dois e estendeu para seis anos o mandato de presidente. Ver Gaspari (2004, p. 367).

Assim como o governo ditatorial passava por mudanças, a oposição também teria que se articular para de adaptar a elas. Era preciso articular apoios para fortalecer a campanha pela anistia

É nessa conjuntura que é organizado o Movimento Feminino pela Anistia. Impulsionado pela criação do Ano Internacional da Mulher pela ONU, o movimento usava a seu favor o discurso inicial de Geisel, de abertura política, a vitória do MDB nas eleições do ano anterior, uma nova tentativa de reerguer a oposição, como também uma válvula de escape para acontecimentos como o assassinato de Herzog, as denúncias de tortura e desaparecimento de militantes políticos e problemas sociais que se aprofundavam cada vez mais. O MFPA se favorece do clima de entusiasmo de que uma nova perspectiva política poderia ser possível se houvesse articulação e mobilização de setores da sociedade civil devidamente alertada sobre essa possibilidade de recomposição da oposição.

Desde o início do MFPA e, portanto, da campanha pela anistia, seu espaço constituído foi lugar de conflitos e tensões, com debates que se prolongam até hoje, sobre aquilo que foi conquistado ou concedido. Ainda para a pesquisadora Andressa M. V. Ramos, “o movimento pela anistia buscou retomar a praça pública através do diálogo, mesmo que esse diálogo não fosse completamente ouvido pela ditadura. A busca por uma negociação retirou o movimento da esfera que os trataria como ‘agitadores’. Há uma disposição, e uma ação, que retoma a cena pública, e manifesta-se através do apelo racional” (GASPARI, 2004, p. 367).

Essa fala vem de encontro com a indicação de outra pesquisadora da anistia, Fabiola Del Porto, que demonstra “em que medida a anistia estrito senso foi interpretada como fruto de mobilização social e não simplesmente como concessão do regime” (DEL PORTO, 2002, p. 14).

Esses estudos mostram que a campanha pela anistia foi construída e estabelecida para ser mais um movimento de oposição e para trabalhar por algo concreto e possível, de forma pública, para ganhar corações e mentes da sociedade civil e visibilidade perante o regime militar. A criação do Movimento Feminino pela Anistia significava um importante passo na organização, institucionalização e publicização das lutas pela anistia.

Isso porque o MFPA foi o primeiro grupo organizado e legalizado que lutava diretamente pela anistia, diferentemente de outros movimentos, como a Frente Ampla, que tinham como objetivo a volta da democracia, aliada a outras medidas democráticas, entre elas a anistia a presos, cassados e exilados.

Uma conjuntura mais complexa e extensa direcionava o desejo de muitos da sociedade civil, canalizados e concretizados por esse grupo de mulheres.

“Não é outra a gênese do Movimento Feminino pela Anistia, que, a partir de 1975, além de divulgar amplamente as denúncias e reverberar ao máximo a resistência no interior dos cárceres, imprime caráter definitivamente político, programático e organizativo à questão, incorporando a este registro familiar a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. São justamente as mães dos presos políticos, em apelo de agosto de 1972, as primeiras a falar em anistia, ainda que de maneira confusa e emocional – ‘Anistia para os nossos filhos, ou mesmo redução de ao menos um terço de suas condenações’ – mas já constituindo significativa intuição do movimento que será deflagrado alguns anos mais tarde.” (GRECO, 2003, p. 198)

O MFPA, logo que surgiu, acabou por atrair a atenção e o interesse de um vasto e heterogêneo grupo de pessoas. Todos visavam, na aproximação ao MFPA, a um só objetivo: o fim de tudo que o regime representava naquela segunda metade da década de 1970, com a possibilidade de reconquista das liberdades democráticas. Buscava-se o fim das perseguições políticas, das cassações de direitos políticos, das prisões arbitrárias, da tortura, da fuga e do exílio, do desaparecimento de pessoas, da censura aos meios de comunicação e ao livre pensamento, da desconfiança e do terror, das eleições indiretas, da crise econômica – resultado do falso milagre.

Assim, o movimento lança um manifesto e um abaixo-assinado a favor da anistia que angariou quase 16 mil assinaturas por todo país. A presidente do movimento viajava pelo país na tentativa de realizar alianças e fundamentar apoios, para a formação de núcleos estaduais do MFPA.

Naquele momento, o MFPA se apresentava como um abrigo para que uma luta de oposição recomeçasse. Um abrigo possível e seguro, já que na esfera jurídica o MFPA era um movimento legalizado, com estatuto, assembleias e diretoria instituída. O fato de a presidente do MFPA ser esposa de um militar cassado pelo golpe militar, que conhecia internamente os mecanismos militares e sabia como provocá-los sem perder a razão, trazia a legitimidade de realizar uma oposição às

claras, e não subterrânea, para o que contribuía o fato de se tratar de um movimento de mulheres, em sua maioria de classe média, que por motivos ideológicos ou afetivos¹⁸ diversos articularam a causa da anistia.

Ironicamente, cerca de dez anos antes, esse mesmo setor da sociedade marchava e apoiava a instauração da ditadura militar, que agora prendia, torturava e matava seus filhos e netos.

O movimento pela anistia teve representatividade para levar adiante à cena política uma luta que agregava e mobilizava vários setores, entre eles, o MDB e outros partidos políticos, ainda que na clandestinidade, setores da Igreja Católica, associações de classe e movimentos que surgiam inspirados pela oposição ao governo militar e suas ações, a classe acadêmica e intelectual, os exilados brasileiros, em sua maioria da Europa, e os presos políticos. Mesmo de diferentes posições, estavam todos em oposição ao regime militar. Segundo conta Therezinha, algumas mulheres que pertenciam ao partido comunista havia anos ajudaram a formar o movimento, com o método da doutrina: “O Movimento Feminino pela anistia sempre contou com o suporte da ala progressista da Igreja Católica e com a experiência do PCB, o partidão” (ZERBINE, 2007).

Já a ala mais progressista da Igreja Católica, logo nos primeiros casos de tortura e desaparecimento de presos, se posicionou a favor das famílias de presos, no sentido de pressionar o governo a esclarecer o paradeiro dessas pessoas. Sua postura foi endurecendo ao passo que os casos de mortes, torturas e desaparecimentos também se radicalizaram.

De forma geral, a Igreja Católica, enquanto instituição, apoiou a ditadura militar durante todo o período. Alguns setores da Igreja, como as Comunidades Eclesiais de Base, já em 1965 passaram a adotar uma postura distinta, de mais diálogo e proximidade com grupos de oposição ao regime. Algumas figuras de destaque da Igreja, como Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Helder Câmara, personificaram esse combate à repressão, denunciando as torturas e assassinatos do regime ou tentando articular com pessoas do governo uma solução para esse problema (SERBIN, 2001).

¹⁸ Seja por serem filiadas ou identificadas com alguma corrente política, ou simplesmente não concordarem com os rumos políticos do país, várias mulheres se envolveram na campanha por anistia. Outras, por terem seus familiares presos, cassados, exilados ou mortos como consequência de ações do regime.

A importância do MFPA naquela conjuntura é reconhecida por estudos e depoimentos de políticos e militantes contemporâneos.

“O colapso da idéia insurrecional se faz acompanhar de outra mudança de pensamento e atitude em amplos setores da oposição de classe média: a democracia passa a ser valorizada como um objetivo em si e, com ela, a organização da sociedade e a participação no jogo eleitoral, mesmo sob limitações. A aproximação com o MDB, o partido de oposição legal, se intensifica a despeito das reservas dos setores mais radicalizados. O movimento pela anistia é o marco da virada, ao restituir a atividade política ao domínio público.” (WEIZ e TAVARES, 1998, p. 336-337)

Mais tarde, no terceiro número do boletim *Maria Quitéria*,¹⁹ de 1978, Zerbini retomaria o clima vivido ainda no começo do MFPA e relembra dos acontecimentos daquele ano.

“Quando em 1975, começam os a falar em anistia, começamos também a afastar e vencer o medo que nos tolhia. 1975 foi o ano em que a repressão atuou fartamente; foi um ano de terror policial, particularmente em São Paulo. (...) É bom que não nos esqueçamos de Wladimir Herzog; é bom que não nos esqueçamos de Manuel Fiel Filho.”²⁰

Assim, também, Helena Greco, presidente do núcleo mineiro do MFPA, em depoimento recente argumenta: “pela primeira vez foi constituído legalmente um movimento de enfrentamento direto à ditadura militar e sua visibilidade era significativa: as atividades promovidas eram amplamente divulgadas, possibilitando mobilização efetiva, o que colocou limites concretos à repressão que se abateu feroz sobre eles”.²¹

Na avaliação de Andressa Ramos, o MFPA foi importante porque foi reconhecido nacionalmente como o primeiro grupo organizado que lutou por anistia, mas não foi o que mais reuniu segmentos, já que para ela o MFPA não defendia uma anistia irrestrita (RAMOS, 2002).

Já para Fabiola Del Porto, “havia, assim, no discurso daquelas mulheres, a preocupação de mostrar que a luta pela anistia não era uma ‘luta subversiva’, ao mesmo tempo em que se buscava o apoio de grupos não diretamente visados pela repressão da ditadura” (DEL PORTO, 2002, p. 84).

¹⁹ As referências ao boletim *Maria Quitéria*, por serem muitas, serão indicadas no rodapé, para não interferirem na leitura.

²⁰ Boletim *Maria Quitéria*, n. 3, 1978, editorial.

²¹ Depoimento de Helena Greco no site Dhnet – Direitos Humanos na internet.

A luta subversiva à qual a autora se refere é uma alusão a como o governo militar chamava os grupos e ações que vinham de encontro às ideologias do regime, que tinham como fonte a Doutrina de Segurança Nacional. Nesse sentido, era primordial que a campanha pela anistia não fosse entendida como uma luta subversiva, feita de forma clandestina, escondida, mas sim que se realizasse publicamente, às claras, sem motivo para esconder sua intenção.

A importância de sua fundação é reconhecida por vários estudos. Como afirma Pinto (2003, p. 63), o Movimento Feminino pela Anistia “cresceu por todo o Brasil e foi fundamental na campanha pela anistia, que veio a ser promulgada no ano de 1979”.

Para umas das fundadoras do MFPA em São Paulo, a jornalista Yara Peres,

“sob a liderança de Terezinha Zerbini, mulheres como eu e ela, ligadas diretamente às coisas que movimentavam a sociedade brasileira pedindo por mudanças principalmente pela anistia, juntaram-se para ajudar a movimentar ainda mais a cidadania brasileira. Eu já conhecia a Anistia Internacional e achei que poderia colaborar e ao mesmo tempo aprender com aquelas mulheres corajosas. Cada uma de nós tinha sua contribuição no movimento, mas a principal delas era, além de pensar estrategicamente cada ação, cada passo, para não assustar ainda mais os militares, fazer o MFPA um movimento real, que mexesse com as pessoas, que engrossasse as vozes pela anistia ampla, geral e irrestrita.” (PERES, 2007)

Maria Augusta Capistrano conta como entrou em contato com o MFPA e fala da sua participação dentro do movimento pela anistia:

“fui convidada por Therezinha Zerbini para participar do Movimento Feminino de Anistia. Foi por meio desse movimento que me tornei conhecida e me familiarizei com o pessoal de esquerda do estado. Lá no Rio eu estava ligada ao Movimento de Mulheres. Em São Paulo me liguei ao Centro da Mulher Brasileira. (...) A discussão era em torno da necessidade de um movimento pela anistia que abrangesse a sociedade e não fosse só ligado ao setor feminino.”²²

Como indicam esses depoimentos e justificativas publicadas no próprio boletim, o incentivo ao engajamento de mulheres naquelas causas foi impulsionado também pelas atividades no Ano Internacional da Mulher, estabelecido pela ONU. Com relação a essas articulações e ao engajamento das mulheres na luta pela anistia no Brasil, o boletim explica:

²² Em entrevista ao site da Fundação Perseu Abrahão, visitado em maio de 2007.

“Decidimos que inicialmente as mulheres deveriam conduzir essa bandeira, não apenas por ter sido 1975 o seu Ano Internacional, proposto pelas Organizações das Nações Unidas, mas também porque, historicamente, sempre foram discriminadas por uma legislação que, de forma mais sutil, praticamente alijou-as de uma participação política mais efetiva.”²³

Na direção do MFPA atuaram mulheres que tinham seus familiares desaparecidos, presos ou exilados, que vinham de organizações de esquerda esfaceladas, presas políticas e algumas feministas, ou simplesmente mulheres com o desejo de se engajar no debate dos direitos humanos, ou mesmo do feminismo, recém-chegado no Brasil. A presença do feminismo se deu porque, segundo Sarti, “o feminismo no Brasil surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, depois da derrota da luta armada e no sentido da elaboração política e pessoal desta derrota”. A autora ainda diz que outros fatores contribuíram para eclosão do feminismo no Brasil, “como o impacto do feminismo internacional e mudanças efetivas na situação da mulher no país a partir dos anos 60, que punham em questão a tradicional hierarquia de gênero” (SARTI, 1998, p. 3).

Ainda para a autora, no início o feminismo brasileiro era chamado de movimento de mulheres, por conta da sua pluralidade, com mulheres das camadas médias, de diversas origens ideológicas, que articularam força, até se constituir em organizações representativas, sem negar suas particularidades (SARTI, 1998, p. 6).

“Eram, portanto, grupos formados por mulheres heterogêneas, como eram, obviamente, os demais grupos e movimentos de mulheres. É importante atentar para esta heterogeneidade de mulheres para compreender que os núcleos dos MFPA regionais teriam inserções e participações diferenciadas, sobretudo nas lutas especificamente femininas.” (DEL PORTO, 2002, p. 87)

No núcleo do Ceará, como identifica a pesquisadora Ana Rita Fonteles Duarte, “o MFPA atraiu não só familiares de presos políticos e militantes desaparecidos ou exilados. Foi, desde o princípio, composto por mulheres ligadas a organizações políticas, em especial ao PC do B e à Ação Popular. Estas acreditavam que o Movimento não deveria apenas lutar pela anistia, mas se engajar na luta pela derrubada da ditadura e do sistema capitalista” (DUARTE, 2006, p. 2).

O núcleo do Ceará foi o terceiro a ser fundado no Brasil e teve a participação intensa de Therezinha Zerbine em sua formação. Foi por iniciativa dela que a

²³ Boletim *Maria Quitéria*, n. 3, 1978, editorial.

professora Nildes Alencar, irmã do frei dominicano Tito de Alencar, sem ligações com partidos políticos e respeitada por sua forte articulação com a Igreja Católica, assumiu a presidência do núcleo do estado (DUARTE, 2006, p. 2). No núcleo de Minas Gerais a presidente, Helena Greco, tinha uma atuação mais próxima aos partidos de esquerda e aos temas do feminismo.

Na atuação do movimento era preciso lidar todo o tempo com o medo da repressão, como também testemunha Zerbini sobre aquela conjuntura. Ela temia pela segurança e continuidade do MFPA, tanto que quando foi ao México para a Conferência da ONU, em 1975, deixou todos os documentos do MFPA, em poder do jornalista Raimundo Pereira, do semanário *Movimento*, por achar que seria novamente presa na volta da viagem.²⁴

Ao longo dos anos de luta pela anistia, várias foram as vezes em que Therezinha Zerbine foi identificada por órgãos de segurança como comunista, no entanto, ela nunca se ligou a essa corrente política (ZERBINE, 2007).²⁵ Também foi identificada por órgãos da imprensa como feminista, um movimento ao qual ela também nunca aderiu (ZERBINE, 2007).²⁶

A advogada, nascida em 1928, filha de fazendeiros de Bauru, se constituiria na principal líder do MFPA, que teve a marca de sua liderança e de sua ousadia. Em uma entrevista ao jornal *Pasquim*, em 1977, quando perguntada sobre a razão do surgimento do MFPA, Therezinha fala com indignação sobre a prisão de seu marido, então um dos generais cassados que não apoiaram o golpe, e da angústia desse “grupo de mulheres por conta da situação nacional pela busca por pacificação do país” (ZERBINE, 1979, p. 21). Ela afirma ainda que não se tratava de uma causa pessoal, mas sim de uma causa de todos, homens e mulheres. Ainda nessa entrevista ao *Pasquim*, Therezinha Zerbine afirma:

“a anistia é uma bandeira de direitos humanos e mesmo que algumas mulheres não apóiem conscientemente, apóiam intuitivamente. Se não fosse assim, não teríamos conseguido reunir tantas mulheres em torno dessa idéia. Isso não é mérito nosso. A anistia tem tanta força que caminha sozinha.” (ZERBINE, 1979, p. 12)

²⁴ Anotações no arquivo pessoal de Therezinha Zerbine. Ela já havia sido presa em 1970. Informação confirmada em entrevista no mesmo período.

²⁵ Assim como outros grupos de oposição foram identificados como comunistas, mesmo não sendo.

²⁶ Ao entrar em contato com o acervo pessoal de Therezinha Zerbine, nos vários recortes de jornal guardados em seu arquivo, um em especial chama a atenção. A manchete de uma matéria de jornal, ao denominar o MFPA e sua liderança, em vez da palavra feminina usa a palavra feminista. Há riscos na palavra feminista e correção à mão para a palavra feminina.

Helena Greco, dirigente do MFPA de Minas Gerais e posteriormente, integrante dos CBAs, também fala do trabalho de Therezinha Zerbine à frente da liderança do Movimento Feminino pela Anistia: “a Therezinha teve um papel fundamental, foi ela que levantou a bandeira pelo primeiro movimento de anistia. E depois quando fomos conversar sobre o CBA, ela mesma propôs que o Movimento Feminino pela Anistia passasse para Movimento Feminino pelas Liberdades Democráticas”.²⁷

Em uma ação em Brasília, entre jornalistas do mundo inteiro, policiais e seguranças do Congresso Nacional, ela fura o cerco do cordão humano de seguranças e, em nome da desobediência, entrega uma carta a Rosalyn Carter, então primeira-dama dos Estados Unidos, informando sobre a luta das mulheres do Brasil pela anistia.²⁸

O manifesto que as mulheres assinaram em 1975 assume um tom de oposição, reivindicando, segundo o próprio boletim, “união da nação, amor à justiça através do espírito de solidariedade da mulher”.²⁹ E, mais, elas se afirmam como cidadãs brasileiras, chamando para si um tipo de responsabilidade dentro do quadro político nacional, a mesma política que se via bloqueada, paralisada dentro de um regime bipartidário e autoritário.

“Nós mulheres brasileiras, assumimos nossa responsabilidade de cidadãs no quadro político nacional.

Através da história provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça.

Eis porque, nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade da Paz, se for concedida a Anistia, Ampla e Geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este Movimento, procurando o apoio de todos que se identifiquem com a idéia da necessidade imperiosa da ANISTIA, tendo em vista um dos objetivos nacionais: A UNIÃO DA NAÇÃO.”³⁰

²⁷ Depoimento de Helena Greco no site Dhnet – Direitos Humanos na internet, visitado em 24 de novembro de 2007.

²⁸ Entrevista ao jornal *Pasquim*, em 1977. Ver Zerbine (1979).

²⁹ Boletim *Maria Quitéria*, n. 1, 1977, p. 7.

³⁰ Manifesto da mulher brasileira pela anistia, na primeira edição do boletim *Maria Quitéria*, 1977, p. 7.

Depois de estabelecidos esses núcleos em outros estados, uma diretoria era eleita, com presidente, vice-presidente e secretários, e uma agenda de atividades e programações era executada. Assim como aconteceu em São Paulo, mulheres interessadas nessa campanha se reuniram a esses núcleos, em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Bahia, entre outros estados. E era por meio do boletim *Maria Quitéria* que as atividades desses núcleos eram registradas e ganhavam destaque.

Foi por meio de um movimento de regionalização, atuação e organização, que o contato com mulheres de Londrina e a discussão inicial sobre a necessidade de uma face impressa vieram à tona, dois anos antes do surgimento do *Maria Quitéria*.

No final de julho de 1975, era publicada na *Folha de Londrina* uma matéria que anunciava: “Londrina se incorpora à campanha da mulher pela anistia dos presos”. A matéria se referia à participação de um grupo de mulheres de Londrina que havia se incorporando ao Movimento Feminino pela Anistia.

A jornalista Joana Lopes recebeu o abaixo-assinado do MFPA na redação do jornal *Folha de Londrina*, onde trabalhava. Assim que o recebeu, começou a, ela mesma, angariar assinaturas para o movimento.

Mais do que isso, Joana Lopes veio até São Paulo em busca de Therezinha Zerbine para lhe entregar pessoalmente a lista e participar de uma das reuniões do MFPA, que inicialmente aconteciam na casa de Therezinha.

“A idéia inicial era criar um boletim para o Movimento Feminino pela Anistia que estava sendo estruturado a partir de São Paulo por Therezinha Zerbine e tinha por objetivo angariar assinaturas para pressionar o governo a conceder a anistia aos presos políticos e exilados pelo regime militar.” (DEBERTOLIS: 2002, 57)

Na primeira edição do boletim, na seção que mostra o histórico do MFPA, destacam-se falas que irão demonstrar como a idéia de um jornal para o movimento surge, a partir de agosto de 1975

“(…) Fomos procuradas por mulheres de Londrina que trabalhavam coletando assinaturas. Trouxeram o fruto do trabalho realizado. Mostramos a elas a documentação do MFPA para que pudessem ficar esclarecidas e esclarecer o restante no núcleo, sobre todo o trabalho que estava sendo realizado em São Paulo. Ao verificar a falta de divulgação dos trabalhos, propuseram a realização de boletins da Anistia, para a maior divulgação do MFPA.

Concordamos com a idéia do boletim (...)

Da idéia de boletim evolui para a tirada de um jornal. E a partir deste esforço conjunto, juntou-se a dinâmica do grupo de Londrina e o apoio do núcleo de São Paulo. Tudo isso somado, deu como resultado o nascimento do jornal *Brasil Mulher*”.³¹

Assim, começava a parceria entre o núcleo de São Paulo e mulheres interessadas em se engajar na luta por anistia de Londrina e a articulação do jornal *Brasil Mulher* como um espaço de publicização das ações e propostas do MFPA. Na verdade, nesse momento também tem início uma tensão, originada pelas divergências de opiniões de grupos opostos, representados de um lado por Joana Lopes, numa perspectiva do feminismo, e do outro por Therezinha Zerbine, numa perspectiva do feminino, puramente pela anistia. Essa tensão se desdobraria sobre as relações entre o movimento feminista e o MFPA.

A marca do MFPA, a referência de memória do MFPPA, teria que ser a anistia, e não a imagem de feministas ou guerrilheiras.

A pesquisadora Cynthia A. Sarti explica, assim, os conflitos entre as feministas e aquelas mulheres que não queriam se identificar com o movimento recém-chegado no Brasil:

“Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina. A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes.” (SARTI. 1998, p. 6)

É nessa divisão que a segregação entre o grupo do MFPA de São Paulo e o jornal *Brasil Mulher* de Londrina acontece, nesse estranhamento de denominações e opiniões.

Na pesquisa de Karen Debertolis sobre o jornal *Brasil Mulher*, em que trabalha a trajetória pessoal e profissional da jornalista Joana Lopes, afirma-se que, “na verdade, ela (Joana Lopes) não esconde o fato de ter aproveitado a possibilidade que se abriu de fazer um boletim para o Movimento Feminino pela

³¹ Boletim *Maria Quitéria*, n. 1, 1977, p. 4 e 5.

Anistia para avançar a ampliar as discussões para a temática da mulher”³² (DEBERTOLIS, 2002, p. 60).

O *Brasil Mulher* foi publicado pela primeira vez no dia nove de outubro de 1975 e foi totalmente vendido no Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista,³³ que aconteceu na Câmara Municipal de São Paulo.

Em seu primeiro editorial, o *Brasil Mulher* não se define claramente como um jornal feminista, mas sim como um jornal voltado para o universo feminino: “Queremos usar a inteligência, informação e conhecimento em função da igualdade e desde já a propomos, como equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude. Finalmente, Brasil Mulher deseja incorporar-se a imprensa democrática que o Brasil via surgir por entre batalhas”.³⁴

O que se pode perceber é uma conotação dúbia entre o que se entende entre a temática da mulher e o posicionamento feminista, naquele momento. Vale lembrar que o movimento feminista acabara de entrar no país e ainda dava seus primeiros passos.

Aliás, tanto os estudos sobre a imprensa feminina do período consultados (SARTI, 1998), como os estudos sobre anistia apontam para além desse dúbio caráter da proposta do *Brasil Mulher*, bem como para o antagonismo que os termos comportam (feminino e feminismo)

O jornalista Bernardo Kucinski, em sua pesquisa sobre os jornais alternativos da década de 70, apresenta a vertente ideológica de uma doutrina partidária de grande influência:

“No primeiro número do Brasil Mulher, além do espaço nobre à luta pela anistia, prevaleceram as concepções clássicas de esquerda (...). O feminismo do Brasil Mulher foi fortemente influenciado pelo marxismo, e em especial pelo maoísmo, voltado para a temática da pobreza e da miséria, que no Brasil tem como subprodutos problemas femininos graves e específicos.” (KUCINSKI, 2003, p. 125)

³² Neste trabalho, pode-se ver ainda como o jornal foi recebido pela imprensa da época. Num artigo do *Opinião*, o jornal é duramente criticado, como um “falso jornal”.

³³ Evento organizado pelo Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, setor de São Paulo, onde foram debatidos os temas: a mulher e a educação, a mulher e a saúde, a mulher e o direito e etc. Ver em boletim *Maria Quitéria*, n. 1, 1977. Ver também Pinto (2003, p. 61).

³⁴ Editorial do jornal *Brasil Mulher* de outubro de 1975.

Como indica a pesquisadora Maria Lygia Quartim de Moraes, será num momento posterior que ocorrerá a transformação do *Brasil Mulher* em um jornal voltado para o feminismo: “a primeira publicação a se apresentar feminista foi o Nós Mulheres. (...) Posteriormente, declaram-se feministas o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira e o Brasil Mulher, que foi editado até março de 1980, num total de 16 números” (MORAES, 1985, p. 3).

Numa terceira fala sobre o posicionamento do *Brasil Mulher*, Maria Amélia de Almeida Telles afirma que o jornal “se propunha principalmente a defender a anistia a todos os presos e perseguidos políticos. E com isso ele rapidamente se afirma frente às forças políticas de oposição ao regime militar” (TELLES, 1993, p. 89).

É importante destacar que o *Brasil Mulher* nasce junto com a proposta de criação de uma imprensa para o MFPA e que por conta das diferentes posturas ante a conjuntura do período um processo de cisão começava a acontecer. Mesmo que em suas lembranças atuais Therezinha Zerbini indique que essa ênfase no espaço de atuação das mulheres era comum a todo o movimento, “esse editorial tinha o espírito do MFPA, era aquilo que o movimento também propunha como meta” (ZERBINE, 2007).

O jornal liderado por Joana Lopes continha, em si, os conceitos do marxismo, do feminismo e da anistia, pois existia numa fase de transformação, em que todas essas idéias serviriam de germe para acontecimentos posteriores ao periódico. Mas para o MFPA/SP e mais especificamente para Therezinha Zerbine, que tinha sua luta muito definida, o fato de o jornal não se caracterizar como nada em específico fez com que o *Brasil Mulher* não mais funcionasse como um porta-voz do MFPA. Assim, Zerbine justifica a cisão entre os grupos em razão do feminismo também defendido pelo jornal *Brasil Mulher*, algo muito novo e desconhecido ainda no país e em constante mutação naquele momento.

A aproximação entre o jornal e o MFPA paulista durou cerca de sete edições do *Brasil Mulher*. No decorrer desse período, o jornal deu cobertura e voz às ações do MFPA e foi assumido como uma importante ferramenta de luta do movimento.

No início de 1976, o núcleo de São Paulo assumiu a responsabilidade de promover a divulgar dois mil exemplares do *Brasil Mulher*, no nível nacional e

internacional, direcionados às autoridades da presidência da república, senado e câmara federal.

Pode-se notar nas edições aqui citadas do jornal *Brasil Mulher* que o tema da anistia tinha um espaço determinado nas páginas do jornal, mas não era seu foco principal. Temas que se relacionassem às mulheres, de forma mais geral, tinham, sim, mais espaço em suas editorias.

Nas sete primeiras edições que ainda contavam com a participação do MFPA, até a terceira edição é possível ver diretamente o tema da anistia sendo abordado. Inclusive é lembrada a anistia de 1945, no fim do Estado Novo, num desenho que mostra o ano de 1945 escrito com o mesmo numeral “5” para o ano de 1975. Numa dessas matérias, vem o título “A lição do passado no presente”.³⁵ Todos os assuntos são tratados sob a ótica da mulher ou a têm como a própria pauta: na primeira edição, aparecem temas como a emancipação feminina, a discriminação da comunidade científica; na segunda, o jornal afirma ser o brasileiro sobretudo um forte, e que irá abordar ainda a condição das mulheres metalúrgicas.

É também na terceira edição do *Brasil Mulher* que o expediente torna-se extenso, com vários colaboradores e redatores, diferentemente das edições anteriores, em que ainda era bem enxuto.³⁶

A partir da quarta edição o tema fica mais diluído, ou seja, de forma indireta a anistia é lembrada, mas não tratada como objeto de informação ou opinião. Podem-se ver matérias sobre o movimento do custo de vida,³⁷ as eleições, a volta dos professores requerida num congresso do SBPC,³⁸ sobre a negativa do estado brasileiro em fornecer passaporte para exilados e filhos de exilados. Em algumas edições, no entanto, a anistia nem é tratada no jornal, como na quarta, sétima e oitava.

³⁵ *Jornal Brasil Mulher*, n. 2, 1975, p. 12.

³⁶ *Jornal Brasil Mulher*, n. 3, 1976, p. 2.

³⁷ Em 1977, ao mesmo em tempo que surgiam associações de moradores dos bairros exigindo saneamento, asfalto, transporte, escolas, donas de casa começaram a se reunir, passando a exigir creches, saúde para todos, o fim da carestia. Dessas discussões nasceu o Movimento do Custo de Vida, que, em agosto de 1978, realizaria uma grande manifestação na Praça da Sé, na cidade de São Paulo. Ver em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2005>

³⁸ Foi no Congresso desse ano, comemorativo de 30 de anos da entidade, que se discutiram as cassações brancas de alguns professores, por discriminação ideológica, em especial nas universidades federais.

Nessas edições, foge-se da temática da anistia e dos direitos humanos e predominam questões de lutas sociais, recém inauguradas, como controle de natalidade, educação, professores, creches, transportes, questões de terra, manifestações estudantis, saindo-se do foco exclusivo da condição feminina e entrando-se em problemas sociais, sem a questão do gênero, sempre em tom engajado e na tentativa de estimular esses debates. Apenas na sexta edição há um registro de uma matéria sobre anistia irrestrita.³⁹

As questões que levam ao aumento da tensão entre o jornal e o MFPA começam a se aprofundar já na terceira edição do *Brasil Mulher*. Uma das pistas de que a cisão estava prestes a acontecer é a incorporação de mulheres vindas de grupos ou partidos clandestinos ou de organizações eminentemente feministas.

Foi por conta dessas aproximações partidárias e dos temas feministas incorporados pelo grupo do *Brasil Mulher* que o grupo de São Paulo decidiu por seu afastamento e pela fundação de outro veículo tempos depois, mesmo com a proximidade aparente entre esses temas e o da anistia.

“De 1975 marco do movimento feminista no mundo e no Brasil, até 1979, quando o país dá os primeiros passos firmes em direção à democratização, com a anistia e a reforma partidária que terminou com o bipartidarismo, o movimento feminista no Brasil esteve associado muito de perto à luta pelo fim da ditadura militar.” (PINTO, 2003, p. 63)

Já em dezembro se iniciavam as primeiras divergências sobre o jornal. Segundo as páginas do boletim *Maria Quitéria*, havia uma combinação entre os dois grupos de que o *Brasil Mulher* seria tirado em moldes de uma empresa comercial que faria parte do jornal. Assim, o grupo de São Paulo propôs que o jornal saísse pelo MFPA, mas o grupo de Londrina não concordou e fundou uma sociedade própria, chamada Sociedade Brasil Mulher.⁴⁰

Aos poucos, à custa de muito debate e discordância sobre os caminhos que o *Brasil Mulher* estava escolhendo, como a aproximação de mulheres ligadas a várias tendências da esquerda e a partidos que estavam na clandestinidade, o que agradava a idealizadora Joana Lopes, pois em sua opinião isso arejou o debate sobre questões femininas (DEBERTOLIS, 2003, p. 72), Therezinha Zerbine decidiu

³⁹ *Brasil Mulher*, 1976, p. 3.

⁴⁰ Idem.

organizar seu próprio veículo para expor as opiniões do MFPA de forma autônoma, criando assim um campo de atuação próprio dentro do movimento que se constituía.

Essa separação também se deve ao fato de que o *Brasil Mulher* não mais falava ao público leitor que inicialmente abordava. Seu público havia mudado, por conta das pautas que o jornal passou a ter. Assim um leitor talvez mais conservador e masculino, interessado em discutir questões referentes à anistia, não mais se via contemplado nas páginas do Brasil Mulher. Percebe-se aí uma questão que denota a intenção do grupo liderado por Therezinha Zerbine de intensificar e ampliar ainda mais seu arco de alianças e apoios, entre eles, entidades, políticos, figuras da opinião pública que talvez não se identificassem com o tipo de luta estabelecido pelo *Brasil Mulher*. Ora, “a campanha da anistia respondia a uma necessidade objetiva das diversas correntes políticas de oposição (...). Respondia também à necessidade de expiação coletiva das várias categorias profissionais liberais em relação às perseguições de colegas durante os ‘dias negros de repressão’” (KUCINSKI, 1982, p. 109).

Therezinha Zerbine sabia que precisava desses apoios para fazer a pressão necessária sobre o governo e não podia correr o risco de perdê-los, por conta de ser identificada como feminista.

Saindo da linha editorial do jornal *Brasil Mulher*, e lançando um novo jornal, esse grupo se retirava da parceria que contemplava debates ideológicos de esquerda, que podia ser interpretada como radical, em razão dessas alianças que se desenhavam. Assim, esse novo boletim, o *Maria Quitéria*, assumiu um papel voltado para a bandeira da anistia e dentro dele não cabiam outras discussões, em especial aquelas que tinham como pauta a situação/condição da mulher. Segundo Zerbine, “o fundamental é a luta pela liberdade do ser humano. (...) Não faz sentido lutar como feministas quando o povo não tem pão e liberdade” (ZERBINE, 1979, p. 230).

Nas entrelinhas dessa separação, nota-se a luta por ocupação de espaços que garantissem a legitimidade da luta. A chegada de mulheres vindas do PC do B e de outros grupos de esquerda e feministas acabou por afastar uma mulher com um posicionamento ideológico distinto e para quem o feminismo representava uma proposta vazia, um desvio nos rumos da anistia, segundo Therezinha Zerbine, que na época era uma mulher de mais de 50 anos, dona de casa, mãe de dois filhos, casada com um militar de carreira.

A partir da oitava edição, o jornal *Brasil Mulher*, passaria por mudanças. Therezinha Zerbini não constava mais do conselho editorial e até Joana Lopes, que antes assinava o jornal, ou como jornalista responsável ou como diretora responsável, agora aparecia na equipe de redação. O *Brasil Mulher* acabou perdendo sua identidade inicial. Todo o projeto do conceito inicial do jornal acabou se perdendo, para uma proposta mais engajada no sindicalismo que surgia naquele momento.

”Pode-se verificar, principalmente a partir do número sete, modificações na estrutura editorial do jornal que passa a não utilizar com frequências as rubricas criadas por Joana. Mesmo algumas seções sendo móveis, até o número seis se mantém a estrutura inicial do jornal. A saída do jornal é traumática e as mulheres que participavam do grupo fundador, amargaram um luto. (DEBERTOLIS, 2002, p. 92)

O jornal *Brasil Mulher* serviu a uma associação de pessoas que tinham os mesmo desejos democráticos e de liberdade civil, porém acabaram por discordar dos métodos a serem utilizados para articular esses desejos. Para a advogada, foram seis meses de discussão sobre os métodos de trabalho, antes de se resolver pela saída do grupo do MFPA de São Paulo.

O grupo de São Paulo do MFPA se retirou para fundar um novo espaço de discussão, com estrutura diferenciada do *Brasil Mulher*, talvez menor e mais coeso, mas que servia aos seus propósitos iniciais: ser simplesmente um veículo porta-voz do movimento, uma caixa que ressoa e amplifica o debate pela anistia, vista por um ponto de vista próprio. Assim surgiu o boletim *Maria Quitéria*, sobre o qual iremos nos debruçar no próximo capítulo.

CAPÍTULO II. O BOLETIM MARIA QUITÉRIA: PORTA-VOZ DO MFPA

“Não somos feministas. Somos sim pela ampla participação de mulher na vida econômica, social e política do país.”⁴¹

Foi com essa frase que o editorial do primeiro boletim *Maria Quitéria* começava. Era o ano de 1977 e o movimento pela anistia ganhava apoio a cada dia. O boletim vinha a público em prol da causa da anistia e já marcava um lugar e uma posição em relação a outros espaços do movimento de mulheres que então se constituíam, e, principalmente, sinalizava o desfecho das tensões entre o MFPA e setores do movimento de mulheres, que nos dois anos anteriores teve como porta voz o jornal *Brasil Mulher*.

Esse primeiro número, que tinha como manchete de capa a pergunta “Por que nossa luta em favor da Anistia?”, deixava claro que o boletim vinha fundar um novo espaço de debate e interlocução do MFPA com seu público. Como indicava ainda aquele primeiro editorial, publicado sob o título “Nossa causa e seu símbolo”, o boletim era um veículo que se voltava para a participação das mulheres na vida política e social e, principalmente, se dedicava à causa da anistia. Ele se auto-definia como não feminista, por entender que a causa do feminismo não estava incluída na luta que o MFPA queria estabelecer, que dizia respeito somente à anistia. Há que se ter em vista que os conceitos do feminismo eram recém-chegados ao Brasil, cercados de incompreensão e um certo sentido pejorativo (SARTI, 1998).

Para Sarti,

“o feminismo foi se expandindo dentro de um quadro geral de mobilizações diferenciadas. Conviveu com a diversidade, sem negar sua particularidade. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina. A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 70,

⁴¹ “A nossa causa e o seu símbolo”. Editorial da primeira edição do boletim *Maria Quitéria* de 1977.

a convicção de que os problemas específicos da mulher (não se falava em gênero na época) não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio.” (SARTI, 1998, p. 6)

Com esse afastamento, o primeiro número do *Maria Quitéria* foi quase que exclusivamente dedicado à afirmação das posições do MFPA em prol da anistia e da recuperação da trajetória do movimento nos anos de 1975 e 1976.

A própria escolha do nome do boletim – a soldado Maria Quitéria – indica a natureza do movimento e sua estratégia naquela conjuntura. Sobre a estratégia simbólica da escolha do nome, o boletim esclarece:

“Por que lhe demos o nome de Maria Quitéria? Por ser ela uma mulher que dedicou sua vida à liberdade. Em 1823, em seu uniforme de soldado, lutou lado a lado com os homens do exército de libertação pela Independência do Brasil.”⁴²⁻⁴³

Muitos foram os nomes cogitados para dar ao boletim do Movimento Feminino pela Anistia, várias heroínas foram lembradas, entre elas Anita Garibaldi, porém na visão da presidente do MFPA o nome tinha que ser o de Maria Quitéria.

Além de ser “uma mulher iletrada que mesmo assim sabia por quais valores valia a pena lutar” (ZERBINE, 2007), Maria Quitéria era uma militar por escolha, que mesmo proibida de lutar combateu e recebeu o reconhecimento do Exército brasileiro como soldado. Esse detalhe na história de Maria Quitéria era do que o MFPA precisava: a legitimidade de um membro de Exército brasileiro, condecorado por bravura, e a provocação de um grupo de oposição ao regime militar. Segundo Therezinha Zerbine, a escolha do nome e da figura da soldado foi uma provocação

⁴² Apesar de contraditória, a história dessa baiana começa no sítio Licurizeiro, em São José das Itaporocas, num arraial próximo a Feira de Santana, no ano de 1792. Órfã de mãe aos nove anos, ela assume a criação dos irmãos. Maria Quitéria de Jesus, ao que consta, era semi-analfabeta e sua vida no campo lhe possibilitou aprender a montar a cavalo, caçar e manejar armas de fogo. Torna-se soldado em 1822. O motivo pelo qual Maria Quitéria é atraída para a guerra e para uma vida de soldado é também contraditório. Uns dizem que ela não se dava bem com sua madrastra, que não aprovava seu estilo de vida. Outros afirmam que ela foi levada a batalha por um amor momentâneo por um homem de Exército que ficou hospedado em sua casa.

Com a ajuda da irmã, Maria Quitéria fugiu, de cabelos cortados, corpo enfaixado e farda de seu cunhado, tornando-se o soldado Medeiros, nome roubado de seu cunhado.

No ano seguinte, “foi recebida, no Rio de Janeiro, pelo imperador D. Pedro, que lhe ofereceu a Condecoração de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro e um soldo de alferes de linha. (...) Existe uma medalha militar e uma comenda na Câmara Municipal de Salvador que levam seu nome. Sua imagem está presente em todos os quartéis, estabelecimentos e repartições militares do país por determinação ministerial. Por decreto presidencial de 28 de junho de 1996, foi reconhecida como Patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro, um dos poucos que acolhem oficiais do sexo feminino”. Para mais detalhes ver <<http://memoriaviva.digi.com.br/mulheres/quiteria.htm>, visitado em abril de 2007>.

⁴³ Boletim *Maria Quitéria*, n. 1, 1977, p. 2.

aos militares. Mas, ao mesmo tempo, era importante que isso desse razão para uma ofensiva contra o MFPA.

Em suas palavras, “eles tiveram que nos ‘engolir’, pois estávamos bem representadas” (ZERBINE, 2007).

Por sua periodicidade o boletim dificilmente seria classificado como uma publicação periódica, já que durante toda a sua existência, entre 1977 e 1979, só foram editados quatro números, dois em 1977, um em 1978 e outro em 1979. Embora assumido como “imprensa” do MFPA, o boletim não pretendeu ou não logrou ser um órgão de imprensa no sentido convencional, como um jornal de circulação semanal, com público leitor e periodicidade previamente estabelecida. No que diz respeito aos seus circuitos de difusão, nem parecia se colocar no mesmo patamar que outras publicações da imprensa alternativa do período. Porém, o jornalista Bernardo Kucinski, em seu estudo sobre a imprensa alternativa do período, considera o boletim *Maria Quitéria* como parte de uma imprensa alternativa:

“adotei como critérios de inclusão no universo da imprensa alternativa, além do discurso alternativo, a quantidade de trabalho jornalístico agregado e o grau de autonomia jornalística. Por esses critérios não foram incluídos boletins produzidos artesanalmente em tiragens diminutas por movimentos sociais e comunidades eclesiais de base e nem órgãos oficiais de partidos políticos e outras instituições da sociedade civil.” (KUCINSKI, 2003, p. 56)

Embora, em face dos nossos padrões atuais de impressão, apresente-se com falhas de rigor quanto ao desenho e à diagramação, o *Maria Quitéria* não tinha produção artesanal, como pequenos boletins típicos⁴⁴ dos movimentos da década de 80, e nele havia um trabalho produzido jornalisticamente. Todavia, o boletim era de tiragem reduzida, com interlocutores que faziam parte da classe política, como políticos do MDB, vereadores, deputados ou mesmo senadores, políticos com direitos cassados, mas que continuavam atuantes, representantes da CNBB, a própria imprensa e entidades e órgãos de classe, como OAB, ABI, SBPC. Apesar de as características já indicadas no estudo de Kucinski reafirmarem a classificação do *Maria Quitéria* como uma publicação da imprensa alternativa, segundo o autor, “a partir de 1977, nascem jornais motivados essencialmente pela campanha da anistia,

⁴⁴ São boletins com uma linha editorial combativa, de diagramação simples, que lembram os fanzines.

que também empolga os jornais alternativos já em circulação. Entre os jornais da anistia estão, Repórter, Resistência e Maria Quitéria” (KUCINSKI: 2003, 35).



O que interessa destacar é que o *Maria Quitéria* se assumiu como um veículo de informação e opinião da pequena imprensa e que, independentemente de sua forma, ou seja, um boletim, constituía-se como porta-voz do MFPA. De publicação e distribuição inconstante, sem periodicidade fixa, o boletim era editado em 16 páginas de papel jornal, em tamanho A4, de diagramação com textos em blocos, poucas fotos e alguns erros de digitação, sendo impresso na gráfica PAT.⁴⁵ Todavia, apesar de sua falta de periodicidade e da má aparência gráfica, o boletim ficou conhecido e se fazia notar pelas mulheres, que o carregam embaixo do braço em eventos pela Lei da Anistia, ou em mesas de redação de jornais, alternativos ou convencionais.⁴⁶

Para seu lançamento, buscando evitar a repressão imediata contra Theresinha Zerbine ou contra o MFPA, era preciso encontrar um jornalista que assumisse a responsabilidade da sua edição.⁴⁷ Assim, em uma de suas viagens pelo nordeste, durante a campanha da anistia na Paraíba, Theresinha Zerbine pede a indicação de um jornalista que pudesse participar de um novo veículo para o MFPA,

⁴⁵ Publicações e Assistência Técnica LTDA, uma gráfica que acabou se tornando a central de produção de jornais alternativos. Ver Kucinski (2003).

⁴⁶ Termo usado por Aquino (1999, p. 122) para denominar a grande imprensa.

⁴⁷ Segundo a Lei de Imprensa, n. 5.250, de 09.02.1967, artigo 11, é preciso ter um jornalista responsável por qualquer publicação, com registro no Ministério do Trabalho (Mtb).

dando a ele a formatação de um boletim. Lá indicaram o jornalista Nicodemus Pessoa, paraibano que morava em São Paulo, já havia alguns anos.

Therezinha Zerbine não o conhecia, mas mesmo assim lhe telefonou propondo o trabalho de coordenação do boletim. A reação do jornalista, baseada em sua militância e convicção política, espantou a advogada, que “quase caiu pra trás” (ZERBINE, 2007). O jornalista já tinha ouvido falar do trabalho do MFPA em São Paulo e quando recebeu a ligação prontamente aceitou a responsabilidade.

Segundo o jornalista, foi em função da sua militância prévia de esquerda que aceitou o trabalho no boletim *Maria Quitéria*. Nicodemus militou ainda na Paraíba e nas Ligas Camponesas de Francisco Julião e também trabalhou no jornal *Correio da Paraíba*. Foi devido a essa militância que foi para São Paulo e fixou residência.

“Antes de vir para São Paulo, fiquei no Rio de Janeiro um tempo, e lá consegui trabalho no jornal Última Hora. Depois, já no começo dos anos 70, vim para São Paulo e passei a trabalhar no Jornal da Tarde.” (PESSOA, 2007)

Pode-se dizer que, ao longo da existência do boletim, Nicodemus e Zerbini formaram uma parceria editorial. No relato de Zerbini sobre o primeiro número, havia material suficiente para a produção de uma primeira edição (ZERBINI, 2007). Segundo o jornalista, a elaboração dessa primeira edição do boletim, assim como das seguintes, passava por etapas. Primeiro, Therezinha se reunia com o grupo: Margarida Naves Fernandes e Rosa Maria Blanco Mendes.⁴⁸ Dessas reuniões saíam alguns textos e idéias para o boletim. Em seguida Therezinha se reunia com Nicodemus para decidir o que entraria na publicação e dar a formatação e a diagramação do boletim, o que explica a fala do jornalista ao afirmar que “não havia uma equipe. Eu redigia a maior parte das matérias. A gente fazia pesquisas, em bibliotecas e coisas assim” (PESSOA, 2007).

Não há dúvida de que o boletim era editado com a contribuição de um pequeno grupo. Além de Nicodemus e da própria Zerbini, participaram diretamente de sua feitura outras mulheres como Ana Maria Garcia, Lenira Machado Dantas, Maria Bernadete Fernandes Oliveira, Norma do Valle, Diana Mendonça, Irene Abramo e Mesquita Assumpção, que se incorporam à redação do boletim ao longo

⁴⁸ São as colaboradoras da primeira edição do boletim *Maria Quitéria*.

de suas edições. Nicodemus Pessoa trabalhou no boletim até o final da publicação, quando a Lei da Anistia foi aprovada.

O editorial da primeira edição do boletim *Maria Quitéria* foi de autoria de Nicodemus Pessoa; as colaborações de textos eram conseguidas pela própria Therezinha Zerbine, por intermédio seus contatos, feitos anos antes, com a fundação do MFPA, e também alguns contatos anteriores, por conta do cargo que seu marido ocupava no Exército, segundo Nicodemus Pessoa. Eram textos que já haviam sido publicados em outros jornais e eram cedidos por seus autores para a publicação no *Maria Quitéria* (PESSOA, 2007).

A função do jornalista era a de um editor, junto com Therezinha, e em reuniões de produção de pauta ele escolhia qual o conteúdo que iria entrar no boletim. Além disso, ele fazia um esboço da diagramação, sugerindo como e em que ordem as matérias deveriam, para depois serem “passadas a limpo” pelo diagramador da gráfica onde o boletim era impresso. Também passavam por ele as decisões de capa, manchetes e títulos.

No que diz respeito à censura, o boletim se posiciona por trás de alguns periódicos da imprensa alternativa, reverberando as informações desses jornais, de forma que estes tomassem a frente desse diálogo e o boletim não fosse exposto ao risco de sofrer algum tipo de censura. Mas um fato pode ser interpretado como uma atitude de censura: a MFPA participa de um “Globo Repórter”, em 1976, no qual o tema era “Mulheres Guerreiras”. Therezinha Zerbine dá seu depoimento e fala do movimento por anistia e da história da soldado baiana Maria Quitéria. Outras especialistas também falam de Maria Quitéria. No entanto, no dia da veiculação do programa, pôde-se constatar que a participação do MFPA foi bastante mutilada (DEL PORTO, 2002).

Nem Nicodemus Pessoa, nem Therezinha Zerbine se lembram de terem tido alguma problema com a censura ou qualquer outro tipo de ameaça ou retaliação por conta do boletim, diferentemente do MFPA, que sofreu ameaças e inclusive um atentado a bomba, na cidade de Belo Horizonte, na casa da presidente do MFPA-MG, Helena Grecco, onde Therezinha estava hospedada, em protesto contra uma manifestação do MFPA.

Um aspecto interessante do boletim diz respeito à não assinatura das matérias. Nicodemus Pessoa faz questão de frisar que, mesmo não se lembrando por que as matérias não eram assinadas, já que em sua maioria eram de sua autoria, nunca foi impedido de assiná-las, se quisesse (PESSOA, 2007).

A esse respeito, Kucinski cita o caso de um jornal alternativo, *Amanhã*, ainda numa fase inicial dessa imprensa: “Seu núcleo dirigente e seus redatores tomavam cuidados típicos da atividade clandestina política, sob o permanente temor a repressão. Por isso, com exceção de nomes consagrados como Carpeaux, os artigos e as reportagens não eram assinados” (KUCINSKI, 2003, p. 62).

Numa análise rápida sobre o conteúdo do boletim e sua apresentação gráfica, chama atenção a linguagem direta tanto para as ilustrações e fotos, quanto para as manchetes, muitas vezes formuladas em perguntas. Outras vezes o conteúdo é repetido de uma edição para a outra, em especial nas duas primeiras edições, denotando a afirmação de posições do movimento que são retomadas a cada edição, ante os limites impostos pela linguagem negociada, numa conjuntura de repressão, por exemplo, a publicação do manifesto que funda o MFPA ou a citação de todas as anistias já concedidas por governos anteriores.

Na primeira edição, de 1977, a foto da soldado Maria Quitéria ocupa quase toda a página, com uma manchete que indaga a razão pela qual se luta por anistia, o que deixa claro a tentativa de legitimar essa luta, valendo-se de um símbolo do exército. O que a presidente do MFPA afirma ser uma provocação aos militares pode ser interpretado de forma diferente por opiniões externas. Muitos participantes do movimento por anistia chegaram a questionar posturas de Therezinha, em especial por ela ser casada com um militar ou ainda por pertencer à burguesia paulistana. Portanto pairava sobre as atividades do MFPA, em especial sobre o núcleo de São Paulo, uma certa desconfiança quanto à liderança de Zerbine, além de suas posições mais autoritárias, como nos conta Joana Lopes.⁴⁹

Na segunda edição, de junho de 1977, o boletim passa a ser mais factual, ou seja, repercute notícias atuais, acontecimentos mais recentes, do ano de 1977, diferentemente da primeira edição, que fazia um resgate de dois anos de trabalho do MFPA. Porém estava longe de ser um veículo factual, como um jornal semanal ou

⁴⁹ Para mais informações, Debertolis (2002).

diário, de âmbito e repercussão nacional, o que demonstra, mais uma vez, sua vocação como periódico de pequena imprensa, e não como um jornal.

Nessa edição, que tem como tema a assembléia constituinte, a capa traz um desenho de uma carta que representa a nova constituição do Brasil, tendo em volta correntes quebradas, o que denota a intenção de uma ruptura, mais uma vez por intermédio de meios legais e institucionais, por novas leis, e de como essa nova carta deve ser precedida pela lei de anistia.

A proposta de uma Assembléia Constituinte veio em resposta ao Pacote de Abril, que entre outras medidas fechou mais uma vez o Congresso Nacional. O MFPA vinculava a Constituinte à Anistia, dizendo que eram irmãos. Por mais intensa que tenha sido, a campanha por Constituinte na segunda edição do *Maria Quitéria* não convenceu a sociedade civil, nem o movimento por anistia como um todo, e acabou se isolando, por não responder aos anseios de novas propostas elaboradas pelo movimento, que surgiu com novas demandas, mais completas no sentido de restituição da democracia

Uma das explicações possíveis para esse desarranjo entre as propostas do movimento por anistia acontece pela desconexão entre o MFPA e suas propostas e a evolução da luta no decorrer desse período. Ele não mais acompanhava as demandas dos CBAs, nesse sentido tanto o MFPA, como seu boletim, *Maria Quitéria*, ficam presos a uma temporalidade que caminha no ritmo da vontade de mudanças que não se restringissem a somente uma lei que anistiasse e apagasse atos violentos, direitos humanos lesados e torturas, mas que desse um passo mais à frente, condizente com as conquistas dos grevistas de ABC, em São Paulo, com o fim das leis de exceção, por eleições livres e diretas, pela elucidação de crimes cometidos pelo Estado.

Em nenhum momento do boletim há qualquer referência a uma proposta de elucidação ou explicação sobre os desaparecidos e mortos por razões políticas, ou ainda à punição para torturadores e responsáveis pelos órgãos de repressão notórios ou clandestinos. Mora nesse silêncio do boletim e do MFPA a reconciliação, a paz e o esquecimento que a anistia pode trazer. E é aí que se encontra também a porta que começa isolar o MFPA do resto do movimento por anistia, o que o torna estanque dentro da campanha, encerrado num tempo, respondendo ao imediato e não se alinhando com os fatos que estavam acontecendo naquele momento. Por

isso o boletim acaba e posteriormente o MFPA também. O *Maria Quitéria* não se liga com o tempo posterior da anistia, os acontecimentos históricos após 1979 não abrem condições de possibilidade para a continuação do boletim e do MFPA, que não se adaptam às mudanças e se tornam pontualmente historicizados, apenas se ligando ao tempo anterior ao da campanha por anistia.

Na terceira edição, de junho de 1978, a manchete é mais uma vez uma pergunta: “É hora de esquecer?” e a capa traz a fotografia de uma criança com um cata-vento na mão,⁵⁰ numa parada militar, num desfile de sete de setembro. Logo acima, há a fotos de dois entrevistados dessa edição. Com alguns acenos, da parte do governo militar, em ampliar a abertura política, o boletim se pergunta, em matéria que dá a manchete dessa edição, se de fato se aproxima o fim do regime militar, porém na mesma matéria e em outras da publicação nota-se certa hesitação em acreditar nesses sinais.

Na última edição, de março de 1979, a foto de Dom Paulo Evaristo Arns com a palavra “anistia” é a capa do boletim, que irá tratar da lei prestes a ser aprovada, criticando e trazendo casos de presos e desaparecidos políticos, falas do Vaticano e notícias sobre o Congresso Nacional pela Anistia, que uniu várias entidades nacionais e internacionais, num movimento que representou toda a pressão exercida pela sociedade civil organizada sobre o governo.

Analisando todas as edições do boletim, nota-se a existência de quatro seções fixas, como a estrutura de um grande jornal, que estabelece editorias para organizar suas pautas: editorial, histórico, correspondência e entrevista. O editorial, como em todo outro periódico, expõe a opinião formal do órgão de imprensa sobre os acontecimentos daquele momento e funciona também como uma “prestação de contas” ao leitor.

No histórico, além de criar uma memória e dar visibilidade às ações do movimento, a seção fornece aos leitores um repertório de possibilidades de práticas e ações tidas como importantes na luta pela anistia naquele momento, reafirmando, assim, suas alianças e seus apoios.

⁵⁰ Em sua dissertação, Ramos (2002) também analisa as quatro capas do boletim *Maria Quitéria*. É nesta pesquisa também, que a autora afirma que na capa da terceira edição, há uma foto do menino segurando um cata-vento, numa parada militar. Ao olhar a capa, não foi possível identificar o fato de o menino estar numa parada militar.

Por meio das correspondências, como cartas da CNBB, apoios de associações de arquitetos e de outros profissionais, de presidentes de câmaras legislativas municipais, respostas de telegramas do Supremo Tribunal Federal, de senadores da república, secretários de ministros, o MFPA comprova o retorno e a extensão do seu trabalho, marca pressão e se coloca como uma entidade capaz de fazer propostas e cobrar respostas, de exercer certo poder de articulação por se fazer ouvir e por dialogar com as partes interpeladas.

Os depoimentos das personalidades em entrevistas realizadas ou publicadas pelo boletim têm importância editorial, pois credenciam as posições e as idéias do MFPA, por meio da fala de terceiros, que apóiam o movimento, ou são a favor da anistia defendida pelo MFPA. É uma tentativa de legitimar o movimento por meio dessas opiniões, registradas no boletim.

Na conjuntura do início da luta pela assembléia constituinte, a matéria intitulada “Por que o país exige essa medida?” mostra a estratégia da entrevista, destacando vários políticos e homens públicos favoráveis à constituinte e à sua articulação com as lutas pela anistia, ampliando seu leque de interlocutores, trazendo os posicionamentos de figuras como o então senador Marcos Freire, o advogado Sobral Pinto e os deputados Airton Soares, Alencar Furtado, Laerte Vieira, João Cunha, Evandro Carreira, Orestes Quércia, Fernando Cunha e Paulo Brossard.

As seções fixas, de certa forma, mapeiam a participação do MFPA dentro de uma campanha maior de anistia, assim como os apoios que consegue angariar e as alianças que constroem o posicionamento sobre as condições da lei de anistia e a continuidade da luta. Na primeira edição o editorial explica como eles irão trabalhar, divulgando e explicando o porquê de se lutar por anistia. O segundo editorial afirma que a oposição estava “ganhando as ruas” e cita o MDB e os estudantes, que voltam a participar da oposição ao governo. Isso significa a recuperação e a reorganização dos estudantes, em especial nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, em torno de uma nova proposta, assim como do MDB, que mesmo vacilante em alguns momentos na questão da anistia foi mais uma força para a campanha em seu viés mais institucional. Isso, em âmbito geral, significou ganho importante na campanha por anistia, no convencimento da sociedade civil e para que a luta se tornasse cada vez mais popular e ganhasse mais as ruas.

Já no terceiro número, o editorial, de julho de 1978, se volta para dentro do MFPA, afirmando ser aquele um momento de crise, com o amadurecimento da oposição, que se fortificava naquele momento. Seu último editorial, de 1979, cobra um MDB mais atuante ante a lei de anistia parcial que seria aprovada e afirma que a anistia não é perdão e que, mesmo que aprovada parcialmente, seria legal, mas não legítima.

Esses quatro editoriais denotam que o caminho percorrido pelo MFPA desde seu início até a ampliação nacional pelo debate da anistia foi construído conforme eram dadas as possibilidades de articulação no cenário político brasileiro. Portanto as alianças eram aquelas possíveis, e o MFPA tinha que se adequar a essas possibilidades, que eram o MDB, o partido comunista e a ala progressista da Igreja, eventualmente havendo conflitos entre essas parcerias.

A pesquisa nos quatro números do boletim indica que, mais que uma distribuição tradicional a um público diverso e anônimo, a publicação tinha endereço certo e era usada como documento do movimento e distribuída pelas integrantes do MFPA nos diversos espaços e atividades nas quais julgavam ser necessário angariar apoios. Assim como era nos primórdios o *Brasil Mulher*, o *Maria Quitéria* era um boletim distribuído e divulgado em eventos do MFPA ou que contassem com sua participação, e, mais do que isso, chegava à mão de um público seletivo e restrito, escolhido como interlocutor de um diálogo que fomentaria a abertura cada vez maior de uma opinião pública dentro de outros veículos de comunicação, fossem alternativos ou não, impressos, televisivos ou radiofônicos, no sentido de sensibilizar a favor daquela bandeira. Segundo Nicodemus, a distribuição também era feita entre os amigos e conhecidos de todos do grupo. Ele, por exemplo, levava o boletim para a redação do jornal onde trabalhava. Também havia alguns “exilados que recebiam o boletim pelo correio” (RAMOS, 2002).



As quatro edições do boletim *Maria Quitéria* (1977-1979)

A saída do *Brasil Mulher*, ao mesmo tempo em que dá o sentido de um recomeço para o MFPA, também amplia a autonomia e a liberdade de estabelecer um novo discurso, dessa vez mais particular e, do ponto de vista do movimento, mais abrangente.

Delimitando o amplo espectro de sua atuação política, o boletim, já em sua primeira edição, mostra um determinado arco de forças e adesões de figuras

públicas e políticos que a campanha pela anistia buscava animar e preservar. Na esfera pública, seus parceiros na campanha seriam a ala progressista da Igreja, especialmente Dom Paulo Evaristo Arns, e o MDB, que apesar de ainda dividido e tímido nutria simpatia pela campanha, simpatia essa que se tornaria bandeira do partido tempos depois.⁵¹ Há ainda os presos e exilados políticos e seus familiares, como podemos ver num registro do boletim, em 1978: “No dia 26, assinamos documento em conjunto com outros Movimentos Femininos, dando solidariedade à greve de fome das presas do Talavera Bruce”.⁵²

No decorrer daquele período, dentro do movimento amplo pela anistia que se constituía na sociedade civil, o MFPA busca estabelecer e fortalecer as alianças com setores também engajados pela anistia, no sentido de se firmar politicamente por meio desses apoios.

Na sua atuação, o MFPA trabalhou especificamente com cada um desses interlocutores, buscando atraí-los para um posicionamento público sobre a campanha da anistia.

Exemplos dessa articulação podem ser inferidos da análise das cartas enviadas e recebidas pelo movimento, publicadas no boletim, para as diferentes forças políticas e autoridades. Assim, na seção de correspondência e adesões do primeiro número do boletim de 1977, são publicadas cartas endereçadas ao presidente Geisel, ao Papa Paulo VI e ao líder da bancada do MDB do senado federal.

Embora todas as três cartas tenham o objetivo explícito de apresentar o MFPA a essas autoridades e falem brevemente do trabalho do movimento e das assinaturas coletadas no abaixo-assinado em favor da anistia, cada uma tem sua especificidade. Enquanto na carta endereçada ao presidente Geisel, escrita por Therezinha Zerbine, há um pedido de “anistia ampla e geral a todos os que foram atingidos pelos atos de exceção, já que pela presente Constituição, somente a ele cabe outorgar o diploma legal”,⁵³ a carta endereçada ao papa fala em “anistia incondicional e irrestrita aos presos políticos de todo o mundo; aos resistentes de

⁵¹ Primeira edição do boletim *Maria Quitéria*. Para ver as adesões, p. 13 e também p. 2 e também na seção histórico p. 4, 5, 6, 7.

⁵² Boletim *Maria Quitéria*, n. 3, 1978, p. 14-15. Talavera Bruce era um presídio feminino no estado do Rio de Janeiro.

⁵³ Boletim *Maria Quitéria*, 1977, p. 11.

guerra e aos banidos e exilados por fazerem oposição a seus governos” e completa: “rogamos a mediação de Vossa Santidade como Líder Espiritual e Representante de Cristo”.⁵⁴

Na carta ao líder da bancada do senado federal do MDB, Therezinha evoca Rui Barbosa: “não podemos chamar de inimigos da Pátria os que nos fazem oposição”. A carta ainda fala de dois Brasis, um dos convenientes, outros dos inconvenientes.⁵⁵

A partir dessas três cartas pode-se notar a maneira como o MFPA e o boletim se articulam ao dialogar com essas três forças. Duas delas podem ser consideradas base de apoio da campanha da anistia e interlocutores do MFPA, as endereçadas à Igreja e ao MDB; já na dirigida ao Presidente da República notam-se um tom de apresentação do MFPA, com a fala de mulheres, mães e esposas preocupadas com a família e a paz, como que sem nenhum engajamento político no discurso.

Em outra matéria, o boletim expõe todas as forças políticas e sociais que desejam a anistia e como ela se faz necessária naquele momento, trazendo falas de representantes da Igreja e do MDB e ainda os objetivos do MFPA.

“A tarefa principal deste movimento é agora, contatar mulheres, organizações e entidades que se identifiquem com a idéia, o que significa a divulgação do Manifesto da Mulher Brasileira, multiplicando em listas, cada uma sob a responsabilidade de uma mulher.”⁵⁶

Dom Paulo Evaristo Arns também é citado na matéria. Em uma de suas falas, explica que tipo de anistia a Igreja desejava: “A igreja pede revisão de todos os processos porque em nenhum país democrático ninguém nunca foi preso por causa de suas idéias”.⁵⁷

E, ainda, “ênfatiza a necessidade de uma anistia ampla e generosa para os presos perseguidos, exilados e banidos por motivos políticos e ideológicos”.⁵⁸

Para Ulisses Guimarães, então presidente nacional do MDB, a anistia se fazia necessária para o “desarmamento geral dos espíritos e o conagração da família

⁵⁴ Boletim *Maria Quitéria*, 1977, p. 11.

⁵⁵ Boletim *Maria Quitéria*, 1977, p. 11.

⁵⁶ Boletim *Maria Quitéria*, 1977, p. 15 e 16.

⁵⁷ Boletim *Maria Quitéria*, 1977, p. 15 e 16.

⁵⁸ Boletim *Maria Quitéria*, 1977, p. 15 e 16.

brasileira”.⁵⁹ Até um deputado da Arena, Vasco Amaro, acabou por defender a anistia na Câmara dos deputados.

Outra demonstração de alianças e apoios foi o I Encontro Nacional do Movimento Feminino pela Anistia, realizado em São Paulo, com todos os núcleos do MFPA, entre eles os do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe. Esse encontro, por ser público e unir os vários núcleos, possibilitou a visibilidade dessas alianças e a presença de tantas outras, já citadas, num encontro nacional.

Fora do país, o MFPA também estabelece alianças, como em julho de 1978, em que o *Maria Quitéria* registra a carta que foi enviada à primeira-dama dos Estados Unidos, em sua visita ao Brasil. O episódio é descrito com detalhes numa entrevista que Therezinha Zerbine concedeu ao jornal *Pasquim*, em 1977.⁶⁰ O objetivo da entrega dessa carta era chamar a atenção para a questão dos direitos humanos no Brasil, felicitando o governo norte-americano e a administração do presidente Jimmy Carter por seus atos com relação a sua política externa liberal.⁶¹

Outra tentativa de estabelecer essas alianças é o encontro de Therezinha Zerbine com o presidente da Anistia Internacional, Thomas Hammenberg. O contato com a Anistia Internacional remete à mesma intenção da entrega da carta a Rosalyn Carter, de trazer à cena da opinião pública nacional e internacional a questão dos direitos humanos no Brasil e a necessidade de anistia para os presos e exilados políticos.

Em meados de 1977, o boletim entra no debate pela Constituinte, que já existia na imprensa alternativa, e começa a articular discussão própria sobre ela, ao lado de manifestações de vários setores da sociedade, como os discursos de políticos do MDB – representando a face legislativa, de dentro do Congresso, da campanha da anistia –, as mobilizações estudantis de grande porte, em especial nas ruas de São Paulo, as posições da Igreja progressista – por intermédio de uma de suas figuras mais representativas de oposição à ditadura militar, Dom Evaristo Arns

⁵⁹ Boletim *Maria Quitéria*, 1977, p. 15 e 16.

⁶⁰ “Nossa carta é altamente meritória, não envergonha ninguém, não pedimos nada” (ZERBINE, 1979, p. 15).

⁶¹ Pode-se concluir que a entrega da carta teve a função de mais uma vez, tentar chamar a atenção para essa questão do próprio governo brasileiro, o de causar repercussão entre a opinião pública nacional e já que se tratava da primeira-dama norte-americana, também repercutir internacionalmente sobre a entrega da carta e de seu conteúdo.

–, que levam à retomada de uma memória e de uma tradição que datam do período do fim do Estado Novo, com a anistia concedida em 1945 e a assembléia constituinte realizada no ano seguinte, além de outras anistias concedidas desde o Império.

Esses debates ficam evidenciados de forma a mostrar o apoio a uma assembléia constituinte que é vista pelo boletim historicamente como irmã da anistia, o que remonta a uma fala da própria Therezinha, já citada anteriormente, assim como em falas de muitos outros atores políticos, registrados no boletim. Vale lembrar que nesse momento a assembléia constituinte é uma bandeira assumida por um importante jornal alternativo, *Movimento*, e por figuras importantes do cenário político, incluindo algumas lideranças do MDB. Essa afirmação do boletim pela constituinte vem no sentido de engrossar o coro, junto às suas alianças, que já vinham sendo construídas com esses atores políticos. Assim o MFPA demarca cada vez mais seu espaço, legitimando sua importância naquela conjuntura.

Em uma entrevista, Francisco Weffort afirma que “a anistia se coloca de maneira simples, o problema é de se encontrar as condições políticas para torná-la efetiva”.⁶² O autor ainda afirma que é muito difícil pensar numa volta do estado de direito, como aconteceu em 1946. Ainda na sua opinião, uma constituinte é necessária na transição para o estado de direito e completa: “O sistema institucional brasileiro está de tal maneira complicado, que não vejo a alternativa de simplesmente declarar a abolição de tudo que foi feito de 1964 pra cá, como também não vejo a alternativa de voltar à Constituição de 1946”.⁶³

A entrevista do intelectual dá a impressão de destoar do conteúdo do boletim, porém é nessa edição que o boletim se afirma em crise interna,⁶⁴ o que pode demonstrar uma curva ideológica na questão das alianças do MFPA, no sentido de se abrir mais a posturas antes consideradas contrárias à sua.

⁶² Boletim *Maria Quitéria*, n. 3, 1978, p. 13.

⁶³ Boletim *Maria Quitéria*, n. 3, 1978, p. 14. Francisco Weffort era também um dos colaboradores do jornal *Movimento*.

⁶⁴ A crise se dá por conta do surgimento dos CBAs, que força o MFPA a rediscutir suas posições ante a luta por anistia, já que os CBAs articulavam de forma diferente essa, propondo novos conceitos, estabelecendo uma nova palavra de ordem e muitas vezes se colocando de forma menos flexível em relação às conquistas pretendidas pela campanha da anistia. Na fala de um de seus líderes Luis Eduardo Greenhalgh, “Therezinha Zerbine foi bandeirante na questão da anistia, saiu na frente, mas ela ficou chateada, pois achou que o CBA passaria por cima do MFPA. Quando ela viu que não era isso, ela veio junto” (GRENHALGH, 2007).

Destaca-se aí a crítica à volta do estado democrático nos moldes de 1946, em que a participação popular em demasia era vista como uma ameaça, e à forma com que o sindicalismo brasileiro tem de atuar, como sendo “um produtor da intervenção estatal no movimento sindical”.⁶⁵

O boletim, que surgiu da necessidade de um novo campo de discussão e trabalho dentro do movimento, é criador de uma história e uma memória do MFPA, reivindicando, por meio desse novo espaço, a memória de mulheres que exerceram suas funções políticas, mesmo não engajadas em partidos políticos, ou cargos eletivos públicos.

“Até 64 eu vivia embalada num doce sonho de democracia, achando que vivíamos o melhor dos mundos. Acordei para uma realidade dura e cruel. Fui abrindo os olhos e sendo obrigada a participar. O saldo desses 13 anos que vivemos será altamente positivo, pois muita gente que nunca tinha pensado na vida passou a pensar.”
(ZERBINI, 1979, p. 14)

Assim, a reivindicação de um espaço de participação da mulher se constitui como uma das lutas do MFPA. Tanto o manifesto que lança o MFPA, como os editoriais da primeira e segunda edição denotam isso. Obviamente, não se trata de uma adesão ao movimento feminista, mas sim da criação de um espaço público de participação política da mulher.

Muito do conteúdo da segunda edição está voltado a ser uma reação ao Pacote de Abril⁶⁶ de 1977, como mostra uma fala de Therezinha Zerbine em novembro de 1977, numa palestra realizada da Câmara dos Deputados de Florianópolis, quando também se criou o núcleo do MFPA de Santa Catarina:

“Com o pacote de abril paramos um pouco para refletir. Nós vimos que foram esvaziadas todas as nossas esperanças. Como não havia esperanças, resolvemos

⁶⁵ Boletim *Maria Quitéria*, n. 3, 1978, p. 14.

⁶⁶ “O pacote foi baixado depois de uma crise entre o Executivo e o Congresso, quando o governo não conseguiu a maioria necessária de dois terços para aprovar várias alterações constitucionais. O presidente, em resposta, colocou o Congresso em recesso e, a partir daí, emendou a Constituição e baixou vários decretos-leis” (FAUSTO, 2006). Ver também Kucinski (1982).

pegar nossa bandeira da Constituinte. (...) Acontece que essa Constituinte terá que ter um pressuposto básico que é a anistia.” (ZERBINE, 1979, p. 125)

A tônica dessa edição é a formação de uma assembléia nacional constituinte, “soberana e livremente eleita, que pressuponha a queda de todos os atos de exceção”.⁶⁷

O editorial ainda conclui:

“a constituinte é a forma democrática de pacificação nacional que garantirá as condições necessárias para que o povo brasileiro possa viver tranquilo, com direito a uma participação correta na vida nacional.”⁶⁸

Durante o processo de afirmação por uma constituinte, pode-se notar a articulação da assembléia atrelada à necessidade de anistia, que, aprovada, representaria a volta do estado democrático, com o fim de todos os atos de exceção do governo militar. Dessa forma, o MFPA assume esse discurso como sendo uma de suas lutas: uma assembléia de ampla participação popular, que passando pela Lei da Anistia culminaria com o volta do estado de direito.

Numa entrevista concedida por Euzébio Rocha, participante da assembléia constituinte de 1946, o boletim se coloca mais uma vez afirmativamente pela constituinte, novamente reivindicando uma memória referente a anistia de 1945: “Considero, pois, absolutamente necessário que em 1978, as eleições tenham caráter de um poder constituinte. É indiscutível que este poder constituinte só produzirá seus efeitos em clima de efetiva liberdade e sem censura a qualquer jornal”.⁶⁹

A terceira bandeira de luta adotada pelo MFPA, e a mais abrangente, é a favor dos direitos humanos. A anistia requerida sem dúvida engloba essa questão, porém é na abordagem da situação de presos e exilados políticos e seus familiares que essa luta se organiza. Na terceira edição de 1978, uma matéria lança a pergunta: “O dia de esquecer estaria mesmo chegando?”. A matéria se refere ao dia em que a situação de excepcionalidade vivida naqueles tempos chegaria ao fim e faz um balanço dos 14 anos de ditadura militar e das poucas alternativas que restavam ao governo naquele momento.

⁶⁷ Boletim *Maria Quitéria*, 1977, n. 2, editorial.

⁶⁸ Boletim *Maria Quitéria*, 1977, n. 2, editorial.

⁶⁹ “Anistia é Paz”. Entrevista de Euzébio Rocha ao boletim *Maria Quitéria*, n. 2, 1977, p. 12.

O Congresso Nacional pela Anistia, registrado pelo boletim, realizado em São Paulo, na PUC-SP e no Instituto Sedes Sapientiae, em novembro de 1978, que contou com “a presença maciça de todos os representantes do movimento por anistia de todo o país, como os MFPA, os CBAs e Movimentos Regionais pela anistia e outros setores da sociedade e os atingidos pelos atos de exceção”,⁷⁰ demonstra essa preocupação diante da luta contra direitos humanos lesados e pela reconquista de liberdades democráticas.

O Congresso contou ainda com convidados internacionais de entidades ligadas à defesa dos direitos humanos.⁷¹ Do Congresso foi produzido um conjunto de propostas de trabalho em âmbito nacional: “O congresso representou um grande salto quantitativo e qualitativo na luta pela Anistia”.⁷²

O boletim, além de registrar as atividades do grupo, cria uma memória para o MFPA e firma uma rede de alianças, fazendo surgir, a partir de seu trabalho de divulgação do MFPA, uma rede de contatos com outros veículos de comunicação, pela efetivação de uma campanha formal pela anistia, com a adesão de mais setores e pessoas da sociedade civil. Tendo o boletim como veículo, o MFPA se faz ouvir no restrito espaço público de então, privilegiando a imprensa como espaço de repercussão de suas propostas e posições, estabelecendo uma rede muito parecida com a que o próprio MFPA teceu durante a formação de seus núcleos pelos estados brasileiros.

Foi a partir das mulheres do núcleo de São Paulo e dos contatos feitos com outras mulheres de outros estados que esses núcleos foram formados. Igualmente, foi a partir do interesse despertado pela anistia que a imprensa alternativa dessa época incorpora o tema em sua pauta de redação e se junta à campanha, assim

⁷⁰ Congresso Nacional pela Anistia. Boletim *Maria Quitéria*, n. 4, 1979, p. 8.

⁷¹ Ver os nomes dos participantes no boletim *Maria Quitéria*, na p. 8 da edição n. 4. Nessa matéria podemos notar a pressão, a partir de um Congresso com todas as entidades empenhadas pela anistia, por uma anistia ampla, geral e irrestrita, até o último momento de negociação entre governo, legislativo e opinião pública.

⁷² Congresso Nacional pela Anistia. Boletim *Maria Quitéria*, n. 4, 1979, p. 8.

como esses jornais alternativos são incorporados pelo *Maria Quitéria*, junto ao seu arco de alianças.

De fato, o *Movimento*, jornal de fortes tendências partidárias e influências do PC do B,⁷³ foi um dos interlocutores mais próximos dentro da rede de contatos do *Maria Quitéria*. Pode-se notar que em vários momentos do boletim o jornal *Movimento* está presente, seja na continuação de uma idéia já estabelecida, ou na publicação de uma matéria em suas páginas alternativas sobre o MFPA.



Em uma edição de 27 de fevereiro 1978, o jornal *Movimento* traz na chamada de capa: “Por que lutam as mulheres?” A matéria retrata a mobilização do grupo de mulheres pela Lei da Anistia. O jornal também noticia o primeiro Congresso da Anistia, em São Paulo, no mesmo ano. Numa edição de 1978 do *Maria Quitéria*, o historiador Helio Silva fala sobre a necessidade de anistia e de uma constituinte, em artigo antes publicado no jornal *Movimento*. Além disso, segundo o boletim, o MFPA participou da reunião em apoio ao jornal, quando sua edição número 45, dedicada às mulheres, foi totalmente censurada pelo governo.⁷⁴

A outra forma de rede constituída pelo boletim constitui-se das participações e falas do MFPA ou de Therezinha Zerbine em outros veículos de comunicação. Citarei alguns exemplos dessas conexões tecidas para a construção dessa rede.

Diferentemente de alguns jornais alternativos, vale lembrar que os jornais convencionais não chegam a se alinhar com a campanha pela anistia, ou mesmo

⁷³ Congresso Nacional pela Anistia. Boletim *Maria Quitéria*, n. 4, 1979, p. 16. Para saber sobre a influência partidária, ver Kucinski (2002).

⁷⁴ Boletim *Maria Quitéria*, n. 1, 1977, p. 7.

com o MFPA. Eles apenas noticiam alguns eventos do MFPA ou sobre a anistia, como *O Estado de São Paulo*, a *Folha de São Paulo* ou mesmo os jornais mais regionais, do sul ou norte do país, como o *Jornal do Comércio* de Porto Alegre, e a *Rede Bandeirantes de televisão*, em 1975. Nesse momento esses veículos apenas registram a criação do MFPA, apontando Therezinha como a liderança e a porta-voz do movimento, já que são suas as falas nessas matérias.

Em 1976, a *Tribuna Ceará*, o jornal *O Norte*, o *Jornal da Bahia*, a *Gazeta Esportiva*, o *Zero Hora*, de Porto Alegre, e o *Correio Braziliense* registram a presença de Therezinha nessas regiões, seja na inauguração dos núcleos ou em palestras realizadas para explicar os objetivos do MFPA. O jornal *Folha de São Paulo*, numa pequena nota, cita o MFPA, que compõe a luta por anistia. Therezinha participa de um *Globo Repórter*, programa de documentário de Rede Globo, com o título de “Mulheres Guerreiras”, sendo entrevistada sobre a participação da mulher na vida política brasileira, além de falar de Maria Quitéria, já que o programa narra parte da história da soldado.

Em 1977, as falas foram no *Jornal da Bahia* e na *Tribuna da Bahia*, que registram a passagem de Therezinha por lá; mais duas vezes em *O Estado de São Paulo*, que registra a circulação da primeira edição do boletim *Maria Quitéria*, e na *Folha de São Paulo*, com uma nota.

No ano de 1978, há referências na *Revista Mais*, *Revista Manchete*, *Diário do Povo* e *Jornal do Povo*, de Campinas, todos enfocando o tema anistia, pelo ponto de vista do MFPA, representado por Therezinha. Ela concede também duas entrevistas a jornais de Lisboa, em *A Capital* e *Diário* de Lisboa. No ano seguinte, aparece no *Jornal do Brasil*, *Folha de Londrina* e *Jornal da Bahia*.⁷⁵ Dessa vez, as falas já pronunciam opiniões contrárias à anistia que se anunciava parcial, pelo projeto do governo em 1979.

Seja nas falas de jornais alternativos ou convencionais, a presença do MFPA ou do boletim indica a divulgação e a publicização dos objetivos do MFPA, que eram a conquista da anistia, colocando um fim nos atos de exceção, uma posterior assembléia constituinte e, portanto, a volta de um estado democrático, com uma nova constituição. Quando o boletim registra em suas páginas a presença do MFPA

⁷⁵ Para mais falas do MFPA ou de Therezinha Zerbine, em outros jornais, ver Zerbine (1979).

em outros veículos de comunicação, ele tenta estabelecer uma base de apoio. Ao mesmo tempo isso pode significar para seu leitor a legitimação da luta por meio de jornais mais conhecidos ou mais populares, com um público mais abrangente e diferente do público habitual do *Maria Quitéria*, como é o caso dos jornais de circulação nacional, *Folha de São Paulo* ou *O Estado de São Paulo*, ou dos alternativos mais em evidência na época, como *Opinião*, *Coojournal* e *Pasquim*.

Esses três jornais foram importantes interlocutores do boletim, apesar de a articulação entre eles ser menos freqüente do que com o *Movimento*. Uma edição do semanário *Opinião*⁷⁶ do ano de 1975 trazia matéria com a chamada de capa – “As mulheres pela anistia” – ocupando uma página inteira. Nela é contada a formação do MFPA e seu objetivo de luta. Num “box” menor, um pequeno texto indicava e relembrava a anistia de 1945, com o título “O exemplo de 1945”. Em outra edição, numa pequena nota, o jornal fala de Therezinha Zerbine e de seu trabalho pela anistia, sob o título “Zerbine e a anistia”.



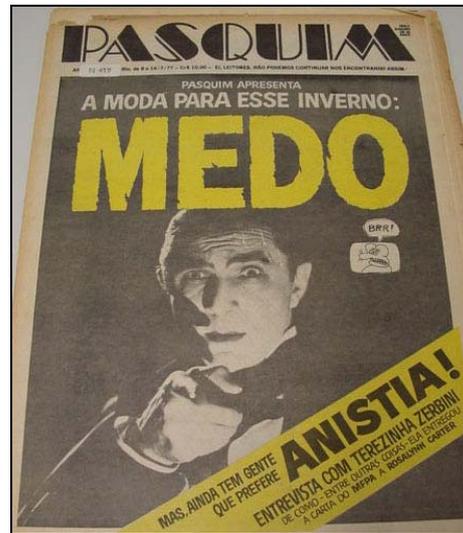
Em 1977, em uma longa entrevista ao jornal *Pasquim*, Therezinha Zerbine afirma, perguntada sobre o número dois do *Maria Quitéria*, dedicado à Constituinte:

“(...) Nesse número do *Maria Quitéria*, inclusive, há uma citação de Castello Branco: ‘As forças armadas, não sendo milícias, não são armas para empreendimentos

⁷⁶ Surgiu em 1972, tinha como proprietário o empresário Fernando Gasparian e o jornalista Raimundo Pereira é quem dirigia o jornal. O *Opinião* foi pensado para ser um jornal claramente de oposição à ditadura. Por divergência entre parte da redação e seu proprietário o semanário acabou em meados de 1977, já sem Raimundo na liderança da redação do jornal, que saiu para fundar *O Movimento*. Para saber sobre o *Opinião*, consultar Kucinski (2003).

antidemocráticos. Destinam-se a garantir poderes constitucionais e a sua coexistência (...). É preciso aí preservar, sempre dentro dos limites da lei. Estar prontos para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constituintes, pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral (...) e contra o desvirtuamento do papel histórico das forças armadas'." (ZERBINE, 1979, p. 16)

O *Pasquim* não se auto-intitulava um jornal, mas uma "patota". Por conta dessa e de outras definições e métodos de trabalho, foi um dos mais inovadores e diferentes jornais alternativos surgidos naquela década. Celeiro de muitos chargistas, cartunistas e jornalistas, o *Pasquim* tinha como regra o deboche, ou, simplesmente, a ausência de regras, portanto era um jornal de difícil classificação, mas que chegou a vender milhões de exemplares, tornando-se um sucesso editorial.



Nessa entrevista realizada com Therezinha Zerbine, que ocupou cinco páginas do jornal, a abordagem vai de perguntas sérias sobre o MFPFA e o que move esse movimento a perguntas mais pessoais endereçadas a Therezinha, passando por uma encenação, registrada em fotografias no jornal, sobre a carta que foi entregue a primeira-dama americana, Rosalyn Carter, em sua visita ao Brasil, naquele ano.



Por conta da abrangência nacional de público e da importância editorial do *Pasquim*, a entrevista foi de grande repercussão para o MFPA, divulgando suas idéias e consolidando mais um veículo em sua base de apoios.

No mesmo ano, o *Coojornal*,⁷⁷ sediado em Porto Alegre, dá espaço para o MFPA e para Terezinha, também numa entrevista:

“Em 1975, falar em anistia era tabu, poucas vezes ousavam defendê-la, ‘eram ainda vozes isoladas, que não incomodavam. No entanto hoje, a anistia já é uma realidade muito próxima e trabalhar por ela ficou muito mais fácil.’ Animada com as perspectivas de abertura política, Terezinha está convencida de que chegou a hora do ‘basta’.”⁷⁸

⁷⁷ Jornal produzido em Porto Alegre, por de uma cooperativa de jornalistas, que circulou entre os anos de 1974 e 1983. Foi um dos jornais alternativos mais bem sucedidos da década de 70. Para Kucinski (2003, p. 269), “a mais elaborada alternativa de propriedade para os jornais dos anos de 1970”.

⁷⁸ Em A presidente do Movimento Feminino pela Anistia vê 1978 iniciar com bons sinais: “É um ano bastante promissor”. *Coojornal*, 1977, Porto Alegre.



Assim, mesmo com distribuição restrita ou tiragem diminuta, o boletim *Maria Quitéria*, além de promover um debate por uma anistia específica, fazia repercutir, por meio da imprensa, a mensagem do movimento, por si ou em outros meios e veículos de comunicação de várias partes do país, cumprindo o objetivo que se propunha como diz seu primeiro editorial:

"A nossa contribuição para essa luta constitui-se da coleta de assinaturas, da promoção de palestras, de entrevistas em jornais e, por fim, da criação de núcleos do MFPA em diversos Estados. Pretendemos, dessa maneira, levar a nossa mensagem (da anistia) não apenas aos homens e mulheres deste país, como também a toda a opinião pública internacional."⁷⁹

Por conta da vitória do MDB nas eleições de 1974 e também da declaração do então presidente Ernesto Geisel sobre a perspectiva de uma abertura lenta, gradual e segura, a estrutura de um regime de governo implantado forçosamente, em abril de 64 sofre um abalo.

Quase 10 anos depois do golpe militar, e com o anúncio do Ano Internacional da Mulher, pela ONU, em 1975, surgia um movimento de mulheres dispostas a se organizarem a favor da anistia. Sua força foi tão mobilizadora que dela surgiram outros grupos que se desenvolveram expandiram as proposta da anistia e obtiveram tão ou mais credibilidade, exercendo pressão com êxito sobre o governo. Enquanto novos grupos tomaram a frente dessa luta, com suas novas propostas, o MFPA, não acompanhou essa evolução e acabou esgotando suas possibilidades de continuação, pois ele não mais se conectava com os eventos históricos, como o os

⁷⁹ *Maria Quitéria*, n. 1, 1977, p. 2.

protestos dos sindicatos e dos estudantes, a luta contra o cerceamento da imprensa e manifestação de pensamento e o apoio total aos familiares de desaparecimentos, mortos, presos, banidos e perseguidos políticos, por sua volta, libertação, existência e memória e melhores condições de vida.

Havia uma disputa entre grupos dentro da campanha da anistia, pois não se tratava apenas de um ato de bravura de indivíduos; como em toda disputa, alguns ficariam pelo caminho e outros se sobressairiam.

Meses depois da última edição do boletim, a Lei da Anistia era sancionada pelo presidente Figueiredo. A lei era parcial e recíproca, ou seja, anistiava também quem havia cometido os crimes de terrorismo do estado, os torturadores e seus superiores, além de não regularizar a situação de muitos cassados ou afastados dos cargos que ocupavam, entre outros casos.⁸⁰

Dos 150 periódicos que nasceram durante a ditadura militar, muitos acabaram não vingando ao surto alternativo e alguns poucos se transformaram ao longo dos anos em outro tipo de periódico, não podendo mais ser considerados alternativos. Nenhum deles se furtou, independentemente de sua linha editorial, de cobrar “com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam críticas ao modelo econômico” (KUCINSKI, 2003, apresentação). Durante o período de abertura, a começar pela gestão de Ernesto Geisel, a imprensa alternativa, foi cenário de “lutas intestinais do regime” (idem).

Apesar de tudo que o governo militar conseguir calar com a repressão imposta, a imprensa alternativa foi o lugar onde puderam se encontrar, além de jornalistas, acadêmicos impedidos de exercerem suas funções e ativistas políticos clandestinos ou ameaçados. Fosse em jornais bem administrados e organizados ou em pequenos periódicos, todos puderam dar sua contribuição e sua opinião contra o governo imposto, algo raro naqueles tempos.

⁸⁰ Lei nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979. “O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art.1º - É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º. Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.
§ 2º. Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.” (continua na lei)

Portanto a imprensa alternativa foi o cerne das articulações contra os governos militares em meados da década de 70, depois da frustração das guerrilhas rurais e urbanas, tentativas dos grupos de inspiração comunistas. Sua existência esteve intimamente ligada a essa oposição e por isso, na decadência dos governos militares, ela acompanhou o descenso e chegou ao seu fim. Poucos periódicos sobraram dessa lavra da imprensa alternativa da década de 70.

CAPÍTULO III. UM FURO NA BARRAGEM OU UMA VITÓRIA PARCIAL?

O título deste capítulo faz referência a uma fala de Therezinha Zerbini em jornal paranaense de 1979. Tratava-se de um pronunciamento em que fazia uma primeira avaliação sobre os significados da aprovação da anistia proposta pelo governo militar, questão que até hoje parece continuar em aberto na avaliação das diversas forças políticas.

Neste capítulo, problematizam-se as posições e concepções sobre a anistia construída e defendida pelo MFPA, em sua articulação com outros atores e no debate com outras entidades e setores da oposição, que constituíram o movimento mais amplo pela anistia. Destacam-se as diferentes perspectivas e concepções de anistia que se desenhavam nas páginas do boletim *Maria Quitéria* e também a ausência de algumas concepções. Nelas também há a busca de consenso e também tensões e conflitos vividos dentro da oposição a favor da anistia e contra o governo militar.

A análise das posições de cada um dos boletins, publicados entre 1977 e 1979, indica não só as idéias do MFPA, mas também a ampliação e a diversificação do movimento pela anistia e a relativa perda de espaço e importância do MFPA em seu interior, em especial para os CBAs.

É no terreno da construção de consensos, mas também de disputas, divergências e oposição ao regime, que o boletim *Maria Quitéria* caminhou até seu final, em 1979, mesmo ano em que a anistia proposta pelo governo foi aprovada, em agosto.

Em seu editorial da terceira edição, ano do surgimento dos CBAs, o MFPA afirma que “o trabalho unitário, para ter continuidade e crescer, deixando de ser momentâneo, tem que basear-se no CONSENSO”.⁸¹

Inicialmente as relações entre o MFPA e os CBA foram abaladas pela disputa por um espaço de luta por anistia, que indicava um enfraquecimento da oposição. Para que isso não acontecesse, os interesses deveriam alinhar-se com a proposta já

⁸¹ *Maria Quitéria*, n. 3, 1978, p. 3.

existente. É nesse sentido que o boletim pede consenso em torno da anistia. Nesse caso o consenso se dava pela aceitação da proposta inicial do MFPA.

Como lembra mais uma vez o editorial da mesma edição, “rompe-se com quem poderia marchar junto, esquecendo que desta forma enfraquecemos a oposição como um todo”.⁸²

Quando acompanhamos as posições e a linguagem proposta na defesa da luta pela anistia, percebemos sempre um tom de cautela que parece conceber limites, colocados pela compreensão da força do regime militar e também pela natureza das alianças forjadas com os setores da oposição. A prioridade parece ser a de não se descolar da proposta de não enfrentamento desses setores, ou mesmo de jogar dentro dos limites da precária institucionalidade que então se colocava, na idéia de que era possível aos poucos alargá-la.

É nessa discussão que se percebe o tom reconciliatório dos MFPA em comparação aos CBAs. Enquanto os comitês buscavam aprofundar questões além de uma lei de anistia, insistindo no problema dos direitos humanos lesados e dos crimes cometidos pelo Estado, o MPFA usava de um discurso mais apaziguador e reconciliatório, falava pouco dessas questões mais contundentes, como os mortos e desaparecidos políticos, e tinha preocupações mais imediatas, como uma lei que trouxesse de volta os exilados e banidos e libertasse os presos políticos.

Nesse sentido o MFPA estabelece uma luta mais restrita e a curto prazo, como se pode ler em seu boletim, de pacificação da nação e da família brasileira, como se o simples movimento de volta dos exilados e presos políticos fosse a resposta para a volta da democracia.

Sem dúvida a volta de muitas figuras políticas estimulou o exercício da vontade democrática e aumentou a pressão, mas tratava-se de uma paz que silenciava e apagava o arbítrio daquele período, uma paz sem a justiça que os CBAs almejavam alcançar.

Por outro lado, como lembra Del Porto, “(...) o apelo à função maternal muitas vezes imputado ao MFPA pode ser interpretado como uma maneira de abrir brechas e espaços no discurso oficial” (DEL PORTO, 2002, p. 40).

⁸² *Maria Quitéria*, n. 3, 1978, p. 3.

Na terceira edição do boletim, afirma-se que “foi com grande alegria que vimos brotar o fruto de nosso trabalho, através dos Comitês, novos núcleos, movimentos diversos, todos pelo mesmo ideal de Liberdade e Justiça. Dentre esses movimentos e Comitês, o primeiro lançado oficialmente foi o Comitê Brasileiro pela Anistia (...)”.⁸³

Mesmo assumindo as divergências com os CBAs, o boletim afirma serem os Comitês resultado de seu trabalho, assim como outros grupos que se organizaram depois. Em seu primeiro editorial, o boletim aponta ser um dos seus objetivos mobilizar outros grupos e fazer o movimento maior: “Nunca tivemos a pretensão de comandar uma grande campanha pela anistia (...)”.⁸⁴

Esse papel foi assumido de fato pelos CBAs, que surgiram com essa função. Para o advogado e um dos fundadores dos CBAs Luis Eduardo Greenhalgh, “os CBAs era um movimento de entidades e não mais de pessoas” (GREENHALGH, 2007).

Esse desacordo interno do MFPA sobre o CBA sugere uma confusão em seu posicionamento, sobre como encarar a chegada de um novo grupo, com outras propostas, que assume uma posição firme de embate.

Dentro da campanha por anistia, o MFPA tem função primordial de iniciar a organização de um movimento mobilizador, articulando pessoas e algumas entidades, formando um arco de alianças, falando de anistia abertamente, justificando-a. Porém no decorrer da campanha acaba por se isolar dos demais grupos, que acabam se fortalecendo e ganhando mais espaço por se concentrarem em uma luta mais ampla que simplesmente a anistia para presos políticos, que não tinha um fim em si mesma.⁸⁵

Quando a luta por anistia tornou-se também uma luta por liberdades democráticas, pela elucidação da situação dos desaparecidos políticos, de apoio ao

⁸³ *Maria Quitéria*, n. 3, 1978, p. 6.

⁸⁴ *Maria Quitéria*, n. 3, 1978, p. 6.

⁸⁵ Em vários momentos, com a campanha mais incorporada a entidades diversas, o conceito de anistia se amplia, tornando-se uma anistia para ao povo brasileiro, e não mais apenas para presos políticos. Isso porque os movimentos por anistia compreendem que só uma anistia para presos políticos não bastaria para modificar a situação política. Era preciso apoiar todos os movimentos de organização da sociedade civil, tendo como meta a volta das liberdades democráticas totais. Nesse sentido tanto o MFPA quanto o CBA concordam, porém nos discursos dos CBAs esses temas ficam sempre mais claros, mais do que nos do MFPA, já que os CBAs têm propostas claras para que esses direitos retornem a vida política brasileira. Ver Del Porto (2002, p. 43).

movimento sindical e organizações de bairro⁸⁶ e pela participação das mulheres por meio do feminismo, o MPFA não toma parte, negando-se a aceitar algumas normas do movimento por anistia, agora liderado pelos CBAs.

Muitas vezes sua postura até contrária a dos CBAs, como nos mostra esta fala, numa carta aberta endereçada aos parlamentares, em 9 de agosto de 1979: “A anistia que virá é, para nós do MFPA, a primeira vitória de quatro anos e meio de luta e trabalho persistente, conscientizando e mobilizando a Nação brasileira face ao imperativo da Pacificação Nacional”.⁸⁷

E também, no que tange a questões mais radicais, que são essenciais na visão dos CBAs, como a punição aos torturadores e a elucidação dos desaparecidos políticos, o MFPA se cala, ou pouco fala. Em seu boletim temas como esses não têm tanto peso e a mobilização quanto a eles é mínima.

Quando a proposta de uma Assembléia Constituinte surgiu,⁸⁸ o MFPA investiu fortemente em convencer setores da sociedade, como o MDB, entidades de classe e opinião pública, de sua importância, o fez inclusive até sua última edição, afirmando que a Constituinte que convocasse “setores da cidade e do campo, da grande massa de analfabetos que trabalham e produzem, de todas as forças vivas da Nação (...)”⁸⁹ seria o segundo passo para a abertura democrática, já que o primeiro seria a anistia ampla.

Parte da imprensa alternativa também aderiu a essa proposta, enquanto os CBAs rechaçaram a idéia de que só a Constituinte iria garantir a anistia. Para os CBAs, a Constituinte era uma saída fácil para o governo militar, uma vez que, de certa forma, suavizaria questões de crimes cometidos pelo Estado. Essa seria a melhor maneira de apagar e esquecer o saldo de torturados, mortos, desaparecidos, desempregados, banidos e cassados pelos atos de exceção dos governos militares.

⁸⁶ Programa Mínimo de ação do Comitê Brasileiro pela Anistia. Elaborado em julho de 1978, no I Congresso Nacional de Anistia, em São Paulo.

⁸⁷ Carta Aberta aos Companheiros Parlamentares, Movimento Feminino pela anistia, 09 de agosto de 1979.

⁸⁸ A idéia de uma Assembléia Constituinte surge nos editoriais do semanário *O Movimento* em meados de 1977. Escrito por um dos dirigentes do PCdoB, sob um pseudônimo e acobertado pelo jornalista Raimundo Pereira, editor do jornal, em resposta ao Pacote de Abril, que determinou uma série de medidas, inclusive uma que mudava os coeficientes de votação dos estados e o fechamento do Congresso Nacional. Ver Kucinski (2001).

⁸⁹ *Maria Quitéria*, n. 4, 1979, p. 2.

“A necessidade é ampliar a luta por anistia, vinculando-a as lutas dos trabalhadores, visando estabelecer a hegemonia dos trabalhadores na luta pelo fim da ditadura. A Constituinte é errada, pois na atual correlação de forças, ela é uma saída fácil para a própria ditadura.”⁹⁰

Ainda na carta endereçada aos parlamentares em agosto de 79, Therezinha Zerbine afirma que a anistia é o primeiro passo na construção de um processo democrático, em que os passos seguintes seriam

“a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, o dismantelamento dos aparelhos de repressão paralela criados pelo regime de exceção instalados em 64 a liberdade de organização sindical, partidária e estudantil, entre outras, e a derrubada dos instrumentos de manutenção do arbítrio dentro dos quais se destaca a nova Lei de Segurança Nacional.”⁹¹

As alianças forjadas pelo MFPA com outros setores de oposição também acabam por indicar a postura do movimento, de ruptura, porém com ressalvas, em especial depois do surgimento dos CBAs, já no final de 1977.

Em muitos momentos o MDB parece ter uma postura vacilante acerca da Lei da Anistia, mostrando-se um partido de opiniões fracionadas, cuja falta de unidade acaba por fortalecer a postura a favor de uma anistia parcial, restrita e recíproca, algo que o movimento pela anistia não aceitava, pois anistiaria também as pessoas responsáveis por crimes cometidos pelo Estado. Alguns de seus membros se alinham de forma a apoiar as propostas dos CBAs, outros se posicionam de forma mais apaziguadora, aceitando uma anistia parcial e restrita, já em discussão pelo poder legislativo, como uma vitória. Já no ano de 1978, o governo sinalizava uma anistia contrária à que o movimento pela anistia propunha. Era a proposta do MDB lutar por uma anistia ampla e geral,⁹² porém o partido teve dificuldade em conseguir essa unidade, seja pela falta de crença em conseguir uma anistia geral, seja devido ao êxito do governo em esvaziar o movimento de anistia, propondo uma lei parcial.

Três anos depois, o programa de democratização do MDB previa um projeto de anistia irrestrita, de posterior Assembléia Constituinte e de volta do poder de legislar para o Congresso Nacional, com apoio da base do partido e,

⁹⁰ “Subsídios para discussão sobre quem são os terroristas no Brasil”, CBA-MG, sem data, p. 5.

⁹¹ Carta Aberta aos Companheiros Parlamentares. Movimento Feminino pela anistia. 09 de agosto de 1979. Acervo particular Therezinha Zerbine.

⁹² Na convenção do partido em 1972, foi aprovada, dentro do programa de lutas, a anistia ampla e total a favor de militares e civis atingidos pelos atos de exceção. Matéria de *O Estado de São Paulo*, do dia 05 de março de 1975.

declaradamente, de seu presidente, Ulisses Guimarães. No entanto o partido não conseguiu se unir em torno desse projeto, tanto que no dia da aprovação da emenda da anistia sete de seus deputados não compareceram na votação.

De qualquer forma, foi consenso entre os grupos organizados que a luta por anistia se daria pela via institucional e para tanto seria preciso o apoio e a articulação com o único partido político permitido naquele momento. Esses apoios e essa articulação ficam claros nas páginas do boletim *Maria Quitéria*, logo em seu número inaugural. Essas opiniões não eram apenas de políticos do MDB, mas também de membros da opinião pública e de entidade representativas de classe, como a OAB e a ABI.

No editorial do boletim dessa primeira edição, defende-se “uma anistia a todos os presos políticos, banidos, privados dos seus direitos, ou que foram punidos pela Lei de Segurança Nacional ou pelos atos de exceção e ditados a partir de 1964”.⁹³ Em vários momentos das edições do boletim, essa definição de anistia é retomada e defendida, em comparação com anistia proposta pelo CBAs. Aquela proposta pelo MFPA nas páginas do boletim é uma anistia restrita, de aspecto meramente legal, e não uma anistia que privilegiasse uma conquista de direitos, seja no campo sindical ou de organizações de bairro, por exercício de cidadania. Nesse sentido a anistia ampla, geral e irrestrita era uma anistia para a toda a sociedade, para o povo, e não só para presos políticos.

Nessa mesma edição são publicados artigos de Alceu Amoroso Lima e Barbosa Lima Sobrinho. O primeiro foi publicado no jornal *O São Paulo*, em setembro de 1975, originalmente. Com o título de “Anistia e Reconciliação”, o artigo defende que a única maneira de ultrapassar essa civilização baseada na onipotência do capital é contar com os jovens, as mulheres e a oposição. O autor se refere à mobilização estudantil, das mulheres e da oposição legalizada e ao MDB, os três pilares de articulação e pressão que faziam frente ao governo, naquele momento, completando: “Nesta hora, marcada universalmente pela violência, pelo fanatismo, pelo sectarismo, pelas guerras, crises e revoluções, a palavra redentora é reconciliação. (...) Ora, o outro nome de Reconciliação é Anistia”.⁹⁴

⁹³ Primeira edição do boletim *Maria Quitéria*, p. 2

⁹⁴ Boletim *Maria Quitéria*, 1977, p. 8

Contra todos os males da situação social, econômica e política brasileira, para o desenvolvimento industrial do país, o autor recomenda a anistia, como um recomeço para o país. O autor também cita Rui Barbosa, em sua tradição do passado, e as lições deixadas por Duque de Caxias. Nota-se que o artigo dialoga com parte do conteúdo do boletim, ao citar as mesmas figuras que o boletim menciona e pregar a anistia reconciliatória, passiva, da pacificação sem embates entre as partes.

O segundo, um artigo de Barbosa Lima Sobrinho, de abril de 1974, publicado no *Jornal do Brasil*, tem o título “Em torno da moda dos slogans”. Nele o autor fala do direito à nacionalidade que estava sendo negado aos brasileiros ou filhos de brasileiros exilados, pelo governo brasileiro, um tema bastante debatido dentro do boletim, e também da necessidade de anistia e como em outros momentos da história ela foi incorporada como uma solução para as divergências políticas entre grupos contrários.

“Nem foi por outra razão que um grande centro de civilização, como a Grécia dos termos antigos, soube incorporar às suas instituições políticas o remédio da anistia, para que as divergências passadas não constituíssem obstáculos ao seu progresso, nem viessem a valer como obstáculos à segurança nacional, que se tornaria precária, se não apoiasse na unanimidade de seus filhos.”⁹⁵

O autor também fala de reconciliação, assim como o artigo de Alceu Amoroso Lima, e de um slogan usado pelo governo, “Pátria é a união de todos”, que em sua opinião deveria ser, mais do que um slogan, uma realidade, relacionando a anistia com a pacificação e a união da nação.

Barbosa Sobrinho trabalha neste artigo o tema da anistia, porém de um outro viés, mais agressivo, menos nostálgico do que o artigo anterior, e coloca uma questão prática, um problema real, sobre o não reconhecimento da nacionalidade de cidadãos brasileiros, por parte do governo ditatorial, no caso dos prisioneiros trocados nos seqüestros dos embaixadores, realizados por grupos de esquerda, como a ALN, MR-8, VPR, entre outros exilados.

Vale notar que a produção do artigo data de 1974, momento em que a discussão pela anistia ainda se iniciava, porém já se fala em reconciliação e esquecimento como saídas possíveis para a anistia. Pode-se concluir que, mesmo

⁹⁵ Boletim *Maria Quitéria*, 1977, p. 10.

antes da proposta parcial de anistia do governo, como tentativa de esvaziar o movimento, já existia a idéia de uma anistia de tom reconciliatório e de esquecimento, que não surge com o MFPA, mas que ele toma para si.

Outro fato que chama atenção nessa edição são as cartas endereçadas ao presidente da república, na época Ernesto Geisel, e ao Papa Paulo VI. Na primeira carta, Therezinha Zerbine, como representante do MFPA, apresenta o movimento, falando de seus objetivos e forma de trabalho, e pede a anistia ampla e geral a todos que foram atingidos pelos atos de exceção. Nota-se que essa é a primeira vez que a anistia é adjetivada como ampla e geral no boletim, porém sem se aprofundar o que ela seria, quem seria afetado e o que se buscava com ela.

Já na carta endereçada ao Papa Paulo VI, o conceito de anistia se transforma em anistia incondicional e irrestrita aos presos políticos de todo o mundo. Há uma clara diferença entre as mensagens aos dois diferentes interlocutores, o que denota uma flexibilidade no discurso do movimento, que transforma seu discurso, dependendo do diálogo que irá manter, algo que será criticado por outras entidades que irão surgir e se posicionar de forma diferente do MFPA dentro da campanha pela anistia.

A expressão “anistia irrestrita” aparece mais raramente nos textos do boletim, a mais usada será “anistia ampla e geral”. O mérito nem sempre será discutido, o que não significava que o MFPA defendia uma anistia excludente aos presos, exilados e banidos ou aposentados, devido àquilo de que foram acusados ou julgados, ou aos chamados “crimes de sangue”. Tanto o MFPA como o boletim defendiam a anistia ampla geral e irrestrita, contanto que assumida com o significado de esquecimento pleno,⁹⁶ e excluía um debate mais amplo sobre anistia e reparação de crimes cometidos por órgãos de repressão e explicações quanto a mortos e desaparecidos políticos em circunstâncias duvidosas, evitando um embate mais frontal com o governo por receio de um retrocesso nos avanços conseguidos. Portanto, o tom constante do MFPA era o do retorno de todos os atingidos por atos de exceção ao país e as suas famílias, uma conquista também importante, porém uma anistia inacabada e discriminatória.

⁹⁶ Carta Aberta aos Companheiros Parlamentares, Movimento Feminino pela anistia, 09 de agosto de 1979.

Do lado do governo militar, a discussão sobre anistia encontrava-se bem menos encaminhada e intensa do que para a sociedade civil.⁹⁷ Ela começa a se tornar um diálogo e a estar presente na agenda oficial do governo devido às pressões dos grupos organizados, como os MFPA e os CBAs. Antes nem as restrições de uma lei de anistia eram colocadas em discussão pelo governo militar, já que não se cogitava de uma lei de anistia.

A anistia ampla e geral a todos os presos, banidos ou privados dos seus direitos, punidos pela Lei de Segurança Nacional ou atos de exceção de 64, volta para as páginas da segunda edição do boletim. Nela o tom de uma anistia que seja reconciliatória, pacificadora e ampla, a favor dos direitos humanos lesados constantemente, em especial com setores de Igreja Católica mais atuantes, predomina no discurso do MFPA. O boletim também aposta na articulação entre o tripé que formava o fôlego da oposição mais contundente, estudantes, o MDB (a oposição formal), e setores da Igreja católica. Assim o MFPA circulava por entre essas três frentes, juntamente com a imprensa alternativa, que também atuava nesta oposição.

Da mesma forma que anos antes o grupo de São Paulo do MFPA não aceitou uma nova diretriz para seu periódico original, o *Brasil Mulher*, que contemplava o feminismo e outros conceitos ideológicos, afirmando que o jornal deveria ser direcionado apenas para o tema da anistia,⁹⁸ agora, em 1978, o MFPA também começa a não aceitar outro grupo, que colocava novas posições para além da feitura de uma lei de anistia.

A proposta de anistia dos CBAs, além de popularizá-la, não desvinculava outras medidas como fim radical e absoluto das torturas, libertação dos presos políticos e volta dos cassados, aposentados, banidos, exilados e perseguidos políticos, elucidação da situação dos desaparecidos, reconquista do *habeas corpus*, fim do tratamento arbitrário e desumano contra os presos políticos, revogação da lei de Segurança Nacional e fim da repressão e das normas punitivas contra a atividade política e apoio às lutas pelas liberdades democráticas.⁹⁹

⁹⁷ A autora Andressa Maria Villar Ramos afirma que o movimento pela anistia tem sua vocação instituinte, ou seja, sua interlocução é sempre com a sociedade, não com o Estado.

⁹⁸ Em seu estatuto, o MFPA afirma serem seus objetivos: defender anistia, os direitos humanos a lutas específicas da mulher.

⁹⁹ Em <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/anistia/cba.html>>.

Aos poucos, o MFPA, como grupo que abrigou várias demandas e carências pessoais, de familiares a inconformados com situação política vivida naqueles anos, e tomou a frente do movimento, que cresceu como era seu desejo inicial, começava a se isolar de outros grupos que se originaram dele, que por conta de ampliarem suas idéias de luta se fortaleceram mais do que ele próprio.

Enquanto isso acontecia, temas como as anistias ocorridas na história do país ocupavam as páginas do boletim *Maria Quitéria*. A matéria “Anistia, do Império à Republica” faz um retrospecto de todas as anistias já concedidas pelo governo brasileiro, inclusive os militares. Têm destaque o decreto de setembro de 1822, depois da independência do Brasil,¹⁰⁰ e o decreto de novembro de 1930, em que Getúlio Vargas anistiava os “militares e civis que participaram de movimentos sediosos anteriores àquela revolução vitoriosa”.¹⁰¹

Relembra-se a anistia de abril de 1945, também concedida por Getúlio, para “todos os responsáveis por crimes políticos e conexos, a contar de junho de 1934 até a data da expedição do Decreto-lei”,¹⁰² e o decreto de 1956, concedido por Juscelino Kubitschek aos “militares e civis que se envolveram em ações contra o governo de primeiro de março de 1955 até 10 de novembro de 1956. (...) Este ato estendeu seus benefícios aos que participaram da revolta de Jacareacanga, em 10 de fevereiro de 1956”.¹⁰³

Nessa edição, permanece o conceito já presente na primeira de anistia ampla e geral para todos os atingidos pelos atos de exceção e resgata-se uma memória que cria uma referência, em especial, à anistia concedida por Getúlio Vargas em 1945, além de outras, concedidas por outros governos brasileiros, em momento de divergências políticas entre grupos opostos.

Vale lembrar que nesse ano o MDB obteve vitória nas eleições municipais da maioria das cidades e ocorreram as primeiras greves de metalúrgicos no ABC paulista.

Ver em Programa Mínimo de ação do Comitê Brasileiro pela Anistia, elaborado no I Congresso Nacional de Anistia, em 1978, em São Paulo.

¹⁰⁰ O decreto anistiava todos o revoltosos que eram contra a Independência do Brasil.

¹⁰¹ Boletim *Maria Quitéria*, n. 2, 1977, p. 15.

¹⁰² Boletim *Maria Quitéria*, n. 2, 1977, p. 15.

¹⁰³ Boletim *Maria Quitéria*, n. 2, 1977, p. 15.

O editorial dessa edição demonstra bem a postura do MFPA naquele momento transitório da campanha pela anistia, com novos personagens, como os já citados CBA e também as organizações de bairro e o movimento sindical (SADER, 1991).

Ganham destaque no boletim a notícia da morte de João Goulart e a foto que mostra uma faixa na qual se lê a palavra anistia, trazida por Mila Cauduro, presidente do MFPA do Rio Grande do Sul, e colocada pela filha do ex-presidente em cima do caixão, no velório, que aconteceu em São Borja, Rio Grande do Sul.¹⁰⁴



A partir de um artigo do advogado Dalmo Dallari, publicado inicialmente na *Folha de São Paulo* em maio do mesmo ano, o boletim dá destaque também à nova organização estudantil que começa a surgir a partir de 1977. O artigo irá falar sobre a manifestação pacífica de estudantes no Largo São Francisco em São Paulo e sobre a repressão dos policiais.

“O que ocorreu então foi um espetáculo tragicômico, com lances de absurda e desnecessária violência, vendo-se estudantes desarmados e pacíficos, atacados por uma força militar que teria assegurado a vitória de Napoleão em Waterloo.”¹⁰⁵
(DALLARI, 1977, p. 10)

Com a reorganização de um novo movimento estudantil, que também tem suas lutas específicas, o movimento pela anistia também recebe esse apoio, o que

¹⁰⁴ Boletim *Maria Quitéria*, n. 2, 1977, p. 15, foto na p. 8.

¹⁰⁵ O artigo repercute a volta do movimento estudantil naquele ano e como essas manifestações são reprimidas com extrema violência. Durante todo aquele ano as manifestações estudantis em São Paulo seriam fortemente reprimidas e estudantes seriam presos. Meses depois a PUC-SP seria invadida, mais uma vez, na tentativa de extinguir essas manifestações.

faz com que ganhe as ruas e entre mais facilmente nas universidades, num trabalho de conscientizar um movimento que foi anos antes fortemente atingido pelas perdas que sofreu com a prisão e o desaparecimento de vários de seus líderes e participantes.

Sob o título de “Um doutor em direitos humanos”, o boletim, publicou o discurso de agradecimento do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, quando recebeu o título *honoris causa* na Universidade Católica de Notre Dame, nos EUA, por seus trabalhos a favor dos direitos humanos no Brasil.

Publicar essa matéria significou dar destaque ao trabalho de denúncia realizado por representantes da Igreja Católica que assumiram posturas de enfrentamento declarado aos órgãos de repressão, com relação aos desaparecidos, presos e torturados políticos. Essa postura de setores da Igreja Católica muito incomodou o governo brasileiro na época, ainda mais quando esses representantes declaravam e denunciavam publicamente o ocorrido nas prisões brasileiras também no exterior.

Por mais que a instituição da Igreja Católica não tenha de fato participado da oposição ao regime, esses setores da Igreja aqui citados, com a criação e o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão de Paz e Justiça, foram pilares no apoio e na defesa de muitas famílias de desaparecidos e presos políticos. Sua participação efetiva na campanha por anistia e no trabalho de denúncia do arbítrio, foi um duro golpe para o governo militar,¹⁰⁶ de grande importância para oposição.

Novos adjetivos se alinharam à anistia do boletim *Maria Quitéria* e do MFPA, a partir dessa terceira edição. Aparecem com mais frequência a anistia ampla, geral e irrestrita, fruto da parceria com os CBAs, que depois do estranhamento inicial passou a caminhar junto com o MFPA, tendo muitas participantes em comum. Ou, ainda, anistia ampla, sem adjetivos, ampla e irrestrita e ampla e geral e total. A palavra irrestrita irá aparecer por conta da decisão assumida pelo governo de dialogar sobre a anistia. Ao propor uma anistia restrita a presos políticos acusados de crimes de sangue, os ditos “terroristas”, o governo provoca uma reação dos grupos por anistia, que prontamente se posicionam contra a proposta e assumem o

¹⁰⁶ Já que inicialmente a Igreja apoiou o golpe militar de 1964, ou pelo menos não se opôs. Para mais informações entre as relações entre governo militar e Igreja Católica nesse período, Serbin (2001).

pedido de anistia irrestrita, para todos os atingidos pelos atos de exceção, além de responsabilizar o Estado pelas mortes e torturas em órgão de repressão.

Fica claro a partir dessa edição o novo desafio dos grupos na campanha por anistia. Agora que a idéia de anistia estava estabelecida, tanto para o governo como para a sociedade civil, era o momento de persuadir e lutar a favor de uma anistia que contemplasse a todos os atingidos pelos atos de exceção, e não apenas isso, mas também a favor do fim das torturas, da revogação da lei de segurança nacional, da elucidação dos desaparecimentos, do respeito aos direitos humanos e do total apoio as liberdades democráticas

O programa elaborado pelo CBA também queria ampliar outras lutas – anteriores às condições impostas pelo regime –, que envolviam demandas sociais, como melhoria na saúde e educação, habitação, entre outras. Esse programa já sugere a elaboração de projetos que irão se viabilizar depois, com a volta do pluripartidarismo, com partidos políticos mais atentos a esses problemas sociais.¹⁰⁷

Maior o desafio ainda quando se percebe uma tentativa de manobra do governo de enfraquecer e esvaziar a campanha por anistia, ao propor uma anistia parcial, restrita e recíproca.

O diálogo com o governo, ao mesmo tempo em que indicava a possibilidade de vitória, pela efetivação de um diálogo, colocava em risco a unidade da campanha entre os grupos, por oferecer a eles a sensação de vitória, que não correspondia àquilo por que se lutava desde o início.

É essa tensão que podemos ver na última edição do boletim, que em alguns momentos dá a impressão de que o esvaziamento da campanha tinha se tornado realidade, ou seja, que se estava encaminhando para uma anistia parcial.

Durante a transição entre os governos de Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, “os estrategistas do regime militar já começavam a admitir a possibilidade de que algum tipo de anistia seria decretada” (DEL PORTO, 2002, p. 19). Para a discussão desse projeto com a sociedade, já animada com a campanha,

¹⁰⁷ Item 7 do programa Mínimo de ações do CBA – I Congresso Nacional de Anistia/1978.

o governo designou o senador Teotônio Vilela, que a princípio defendia uma anistia de mão dupla,¹⁰⁸ mas acabou defendendo o projeto da oposição.

“É o dissenso dentro da política instituída. A voz deste senador dentro do governo, que lutou pela anistia ao lado dos grupos de oposição, foi uma conquista para esta luta, ainda que tenha acontecido apenas em 1979” (RAMOS, 2004)

Nessa quarta edição do boletim, de março de 1979, a discussão pública sobre a anistia já está bem adiantada e o novo presidente, João Batista Figueiredo, dá como certa uma lei que promova a anistia, porém não a anistia que se pretendia nos primeiros anos de campanha. Nota-se essa insatisfação logo no editorial dessa edição.

“O Movimento Feminino pela Anistia, após 4 anos de luta pela Anistia Ampla e contra os atos de exceção, nesta hora histórica que vivemos, vem fazer presente sua contribuição.

A nós, mulheres transmissoras de cultura, valores e comportamentos, cabe expressar nosso juízo sobre o mais grave problema presente de nossa Pátria: o político. Encontra-se em preparação pelos áulicos do regime, um projeto de anistia parcial e limitada que para nós assume o caráter de uma mistificação”.¹⁰⁹

O editorial ainda exige do MDB uma postura de enfrentamento do projeto de anistia apresentado pelo poder executivo do governo militar e propõe que o partido apresente emendas para tornar a anistia mais ampla.

“Cabe ao MDB como canal legítimo das oposições uma luta política sem tréguas, apresentação de emendas a fim de adequar o projeto à realidade brasileira. Sancionada como restrita, será adequada a situação do governo, mas não a da Nação”.¹¹⁰

Ainda na linha de pressão por uma anistia mais ampla, o boletim, traz uma entrevista com o advogado e ex-presos político Idibal Piveta, que foi concedida ao jornalista Ruy Veiga e publicada no jornal *Última Hora*.¹¹¹

O advogado se identifica com a linha de pensamento que diz que anistia é apagar todos os fatos ditos criminosos, é o esquecimento perpétuo, porém afirma que não tem relação com perdão e nem com uma dívida concedida. Idibal Piveta diz

¹⁰⁸ A anistia de mão dupla, é o perdão tanto para os anistiados que tinham sido punidos por crimes políticos, como também para os representantes do Estado que haviam cometido qualquer espécie de violência política.

¹⁰⁹ Boletim *Maria Quitéria*, n. 4, 1979, p. 2.

¹¹⁰ Boletim *Maria Quitéria*, n. 4, 1979, p. 2.

¹¹¹ “Anistia não é perdão é um direito do povo”. Boletim *Maria Quitéria*, n. 4, 1979, p. 3.

ainda que “esta anistia restrita tem caráter de esmola, que não beneficia o povo brasileiro e não demonstra nenhuma intenção de promover uma conciliação nacional”.¹¹²

Nesse momento, em que uma lei está prestes a ser promulgada, as opiniões divergem e muitas vezes se alternam no boletim, entre uma postura mais radical, como a do advogado Idibal Piveta, e outras mais conciliatórias, como veremos a seguir.

Em uma matéria sobre Puebla, na Conferência Episcopal Latino Americana, no México, em janeiro de 1979, o representante da Igreja Dom Luciano Mendes de Almeida coloca a questão da conciliação e do perdão: “Se não houver conciliação entre opressores e oprimidos não haverá perdão”.¹¹³

A postura do governo militar fez com que algumas opiniões de radicalizassem: uns acreditavam que a anistia parcial e restrita seria o início de algo mais abrangente, outros apostavam na pressão por uma lei única que anistiasse a todos, sem exceção, e, mais importante, que responsabilizasse e julgasse os torturadores, ditos criminosos do Estado, pelos desaparecimentos, prisões arbitrárias e torturas

O I Congresso Nacional pela anistia marca essa edição, já que esse foi um dos mais importantes eventos da campanha. O evento contou a participação “de vários representantes e membros de entidades de Anistia de todo país (MFPAs, CBAs, e Movimentos Regionais pela Anistia), diversos setores da nossa sociedade (advogados, profissionais liberais e do campo da saúde, mulheres, operários, professores, parlamentares, setores da Igreja, bancários e estudantes), além dos atingidos pelos atos de exceção”.¹¹⁴

Seu objetivo principal foi tentar popularizar a luta por anistia e ao final foi elaborado um programa de atividades. No balanço geral do Congresso, chegou-se ao saldo de que a anistia havia ganhado espaço e avançava cada vez mais, a ponto de políticos da situação a defenderem, mesmo que restrita, na tentativa de se apoderarem dessa bandeira em proveito próprio.

¹¹² Boletim *Maria Quitéria*, n. 4, 1979, p. 3.

¹¹³ “Puebla”. Boletim *Maria Quitéria*, n. 4, 1979, p. 5.

¹¹⁴ *Maria Quitéria*, n. 4, 1979, p. 9.

Porém em sua matéria, o boletim afirma que o povo exige anistia, e que isso englobaria “liberdade para todos os presos e perseguidos políticos, volta de todos os exilados e banidos, recuperação dos direitos políticos de quem os teve cassados ou suspensos, readmissão nos quadros civis e militares. Fim das torturas, fim da legislação de exceção”.¹¹⁵

Em sua última matéria o boletim traz um relato de Therezinha Zerbine sobre sua viagem aos Estados Unidos e Europa. Ela conta que se reuniu com vários representantes de entidades em defesa dos direitos humanos e também deu continuidade ao trabalho de divulgação a favor da anistia brasileira: “Domingo na sede do Comitê Anistia fiz palestra para os brasileiros que lá estão aconselhando que os que não tivessem maiores implicações voltassem”.¹¹⁶

Nessa matéria podemos observar, mais uma vez, o tom conciliatório sobre a anistia proposta pelo governo do presidente Figueiredo, na fala da advogada, que pede a volta dos exilados que não tivesse maiores implicações com a lei, como uma forma de acelerar o processo de retomada do estado democrático, levando em consideração que vários políticos de oposição que liderariam essa retomada estariam de volta ao país.

Em alguns momentos o discurso dos CBAs acaba por contaminar o tom conciliatório do MFPA, como podemos notar mais acima, com falas mais fortes, em especial as da matéria sobre o Congresso Nacional pela Anistia, mas nas linhas e entrelinhas de sua última edição, o boletim já dava como certa a anistia, mesmo que aprovada de forma restrita e recíproca.¹¹⁷

No entanto, mesmo depois do fim do boletim e do MFPA, acreditava-se que a anistia aprovada seria uma forma de pressão para que o Estado democrático voltasse, por isso o movimento acreditou-se vitorioso.

Por isso mesmo, depois de promulgada a Lei da Anistia, o movimento, em especial os CBAs, continuou a se manifestar e a insistir na anistia ampla geral e irrestrita, realizando congressos, divulgando princípios e rearticulando seus núcleos nos estados. Não só os CBAs, mas também o MFPA e parte dos “autênticos” do

¹¹⁵ *Maria Quitéria*, n. 4, 1979, p. 9.

¹¹⁶ Boletim *Maria Quitéria*, n. 4, 1979, p. 16. Matéria sobre o Congresso Nacional pela Anistia.

¹¹⁷ Ver na edição de 1979, p. 9, anistiando também os torturadores e responsáveis por crimes cometidos em nome da segurança nacional, em nome do Estado.

MDB acreditavam numa pressão para ampliar a anistia parcial e restrita. Cogitou-se, por parte do governo, estudar os casos individuais de alguns presos.

Depois de aprovada, muitos oficiais do Exército passaram a questionar o projeto de anistia e cobravam algo mais amplo que englobasse seus casos e mais de dois mil anistiados entram com pedido na justiça para retomar suas funções no serviço público.¹¹⁸

Já em depoimento recente, Luis Eduardo Greenhalgh, um dos líderes dos CBAs, que enfatizavam a anistia ampla, geral e irrestrita, lembra: “Do ponto de vista legal, a anistia ampla, geral e irrestrita, foi conquistada em 1995,¹¹⁹ do ponto de vista político foi vitoriosa em 1979” (GREENHALGH, 2007).

Da mesma forma, Therezinha Zerbine completava, ainda naqueles anos,

“(...) o que queremos é a anistia ampla, geral e irrestrita, como primeiro passo – e em segundo, uma Assembléia Nacional Constituinte. Somente com isso teremos condição de passar o país a limpo. A parcial – acrescentou – é realmente o primeiro passo para a geral. Por exemplo: quando você tem uma barragem pela frente e faz um furo nela, todo o resto vem abaixo.”¹²⁰ (ZERBINE, 1979, p. 245)

Ao considerar essas duas opiniões, de Therezinha Zerbine e Luis Eduardo Greenhalgh, é possível identificar que a tentativa de esvaziar a campanha por anistia foi bem sucedida. O que não se pode desconsiderar é o fato de o poder executivo, e não o congresso, legislar sobre a Lei da Anistia. Embora a lei tenha sido feita pelo presidente e tenha passado pelo Congresso, o projeto de lei de anistia ampla, geral e irrestrita não foi aprovado por uma diferença mínima, apesar de todos os esforços do MDB e da pressão da sociedade civil organizada.

A aprovação da Lei da Anistia acabou por congestionar a luta do movimento por anistia e da oposição de forma geral. Em curto prazo, porque taticamente fez com que a campanha perdesse a força, fez com que a anistia parecesse um perdão e, portanto, uma culpa assumida. Em longo prazo, por conta das indefinições que a

¹¹⁸ Matérias do *Jornal da Tarde* do dia 31 de julho de 1979 e *O Estado de São Paulo* do dia 27 de dezembro de 1979.

¹¹⁹ Lei n.º 9.140, de dezembro de 1995, que em seu texto compilado afirma: “reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências”.

¹²⁰ Em matéria do jornal *Folha de Londrina*, Paraná, em 28 de janeiro de 1979, “Therezinha Zerbine: é hora de varrer o medo deste país”.

formatação da lei trouxe, por omitir informações e faltar com clareza em seus artigos e, portanto, dificultar sua contra-argumentação.

Nessa última edição do *Maria Quitéria*, a anistia, praticamente acertada como parcial e restrita, é chamada de anistia anêmica, inócua, limitada, em contraposição à anistia generosa, ampla geral e irrestrita. Em seu editorial, o boletim é claro, a Lei da Anistia será legal, mas não legítima. Ou seja, a campanha ainda acontecia e buscava fazer pressão, mas a perspectiva não era das mais positivas, para um movimento que desejava o fim imediato da ditadura militar, com a anistia e a volta de todos os punidos pelos atos de exceção, com o restabelecimento da democracia, por meio do cumprimento do programa mínimo de ações dos CBAs.

Assim, a Lei da Anistia parcial foi promulgada em agosto de 1979 de forma a anistiar “a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com este, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundação vinculada ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares”.¹²¹ São crimes conexos, aqueles “de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”.¹²²

Mesmo com essa anistia, imediatamente muitos presos foram soltos, em alguns casos, foram necessários alguns meses para que todos fossem liberados, outros foram soltos, porém passaram a responder aos processos em liberdade, até que estes fossem extintos, outros vários exilados voltaram ao Brasil. De fato esse retorno de tantos presos e exilados deu à campanha da anistia a sensação de vitória e recompensa.

Mas para outros a anistia em nada recompensou, já que muitos casos de mortos e desaparecidos não foram esclarecidos, e assim permanecem até hoje. Além disso, a anistia não representou o fim do período militar. Depois de 1979, outras disputas se seguiram e o arbítrio continuava. A Lei de Segurança Nacional

¹²¹ Decreto n.º 84.143, de 31 de outubro de 1979, que regulamenta a Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concede anistia e dá outras providências

¹²² Idem.

ainda vigorava e apesar de algumas aberturas políticas os militares ainda eram o governo brasileiro.¹²³

Depois de aprovada a anistia, a campanha ainda perdurou, seus grupos continuaram a trabalhar e a fazer pressão por anistia ampla geral e irrestrita.

Houve uma realocação de pessoas em outros grupos, alguns se fortaleceram e o movimento sindical conseguiu mobilizar e chamar a atenção para os problemas do achatamento dos salários e das condições de trabalho, intensificando a pressão por mais liberdades democráticas. Ocorreu também o redirecionamento desses grupos para outros temas, sem mais a anistia como frente de luta. Surgiram outras demandas, o próprio movimento sindical, outros partidos políticos, agora legalizados,¹²⁴ organizações de bairro, o movimento contra a carestia, o movimento do custo de vida, entre outros.

O Movimento Feminino pela Anistia acabou mudando de nome, para Movimento Feminino pelas Liberdades Democráticas, mas não durou muito tempo e teve seu fim ou um esvaziamento. O boletim acabou antes do MFPA, por não mais ter uma pauta ou sentido de existir, por ser atrelado a questões muito específicas, sem correspondência com outras demandas que vieram depois, e por estar fixado a um período histórico e incomunicável com o tempo que viria.

Os CBAs continuaram ainda por algum tempo. Deles são oriundos os grupos Tortura Nunca Mais e o grupo Desaparecidos Políticos, que até hoje dão continuidade à elucidação de desaparecimentos e mortos políticos e lutam pelo fim das torturas em presos comuns e para que direitos humanos sejam respeitados.

Assim, criou-se a ilusão do consenso sobre a anistia. O resultado da anistia concedida foi negativo a ponto de implicar o esquecimento sobre as disputas dentro do movimento e sobre o que significou a anistia da maneira que foi imposta. Ela dificultou a contra-memória, a reparação daqueles que tiveram seus direitos lesados, ela quis encerrar um ciclo e, inclusive, suas lembranças.

¹²³ Faço referência aqui a acontecimentos como a bomba que explodiu no Rio Centro, num show em comemoração ao dia do trabalho, em maio de 1982, no Rio de Janeiro, a carta-bomba enviada à OAB, em 1981, as prisões de metalúrgicos durante as greves de 1980, entre outros.

¹²⁴ Há que se ver essa medida como outra manobra para esvaziar o movimento de oposição unitário, como existia, já que, fracionada, a oposição perde a força.

Mas insistem, ao longo dos anos, questões ainda em aberto, conseqüências que a Lei da Anistia tem nos dias atuais. Em parte são as mesmas que o programa dos CBAs propunha como princípios, que não foram aprovados e hoje se luta para que sejam cumpridos. Um problema quase insolúvel é a questão dos mortos e desaparecidos políticos, que está intrinsecamente ligada à abertura dos arquivos da ditadura militar, que ainda não são públicos.

Há atualmente uma polêmica discussão sobre a abertura desses arquivos, nos quais muitos documentos poderiam esclarecer ou até mesmo explicar o paradeiro de mortos e desaparecidos políticos, porém seguidamente vários governos federais se negam a tornar públicas informações que poderiam solucionar a situação de muitas pessoas que estão com processo de indenização em andamento ou mesmo de familiares que desejam descobrir onde estão enterrados os corpos de militantes políticos da época, que desapareceram em circunstâncias misteriosas, seja dentro dos órgãos de repressão, seja em combate.

Muito recentemente o ministro especial da Secretaria dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, afirmou ser a favor da anulação da Lei da Anistia “e disse que os tribunais brasileiros precisam se adaptar aos tratados de direitos humanos assinados pelo País que condenam crimes políticos e prática de tortura”.¹²⁵

Vale lembrar que foi em sua gestão, em 2007, que seu ministério lançou o livro, junto com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, *Direito à Memória e à Verdade*, que casou polêmica entre ministros militares e ministro da justiça, entre outros. A polêmica nada mais foi do que a reprise das desavenças que a retomada dessa discussão sempre traz à tona.

A Lei da Anistia traz resquícios até hoje e é de fato um assunto não encerrado. Sua grande conquista foi a mobilização que logrou exercer por meio de grupos ativos da sociedade civil, uma retomada de fôlego ante a possibilidade pequena de manifestação pública política e social, com propostas concretas de uma luta que deixou legados importantes.

A decepção que culmina com todas as polêmicas atuais sobre a anistia é o silêncio que ela provocou de ambos os lados dessa disputa e a dificuldade em

¹²⁵ Disponível em :

<<http://www.estado.com.br/editorias/2007/12/28/pol-1.93.11.20071228.1.1.xml>>

aceitar que um Estado pode permanecer impune, sem sequer ser possível o direito à comprovação de seus crimes.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei da Anistia, promulgada em agosto de 1979, começou a preparar o governo militar para sua longa despedida final, em meados de 1989, ano da eleição por voto direto do primeiro presidente civil.

Apesar de um presidente civil eleito indiretamente ter tomado posse já em 1985, só em 1988 uma nova Constituição foi aprovada, estabelecendo novas leis e diretrizes para o país.

Quase dez anos depois, a nova Constituição ampliou a anistia, apenas garantindo às pessoas que haviam sido cassadas todas as promoções a que teriam direito caso não tivessem perdido seus empregos por razões políticas.

Uma vitória ou uma derrota? Será possível colocar o resultado de uma lei nesses termos?

A lei deixou a dúvida de um resultado ambíguo para aqueles que lutaram por sua amplitude e não reciprocidade, e não para aqueles que a concederam. Para os envolvidos com os órgãos de repressão, a anistia representou uma saída sem prejuízos, uma vez que não enfrentaram problemas com a justiça e não correram o risco de serem identificados ou julgados. Quanto aos mortos e desaparecidos políticos, muitos nunca foram encontrados até hoje. A ditadura continuava depois de 1979, ou seja, além de continuarem exercendo o poder institucional, tiveram a certeza de que aquilo que foi feito não teria conseqüências e, se tivesse, nada poderia ser feito contra eles legalmente. Por isso a Lei da Anistia foi uma medida segura para o governo, no sentido de manter a ordem por ele estabelecida.

Para os que lutaram por uma anistia ampla, geral irrestrita, a dúvida entre o que de fato ela significou permanece, pois, ao mesmo tempo em que representou a conquista de espaços de mobilização e novos grupos políticos, oriundos desse movimento, representou também a manutenção do *establishment* do governo. Nenhum torturador foi responsabilizado ou sequer julgado, o paradeiro de muitos mortos e desaparecidos políticos nunca foi esclarecido até hoje. A ditadura ainda duraria alguns anos, e por algum tempo o arbítrio continuou, apesar de algumas

vitórias no campo da manifestação de pensamento, opinião e liberdade de expressão.

Além de toda a discussão sobre a Lei da Anistia e suas conseqüências, outra questão sempre vem à tona, por sua especificidade e importância, e, porque não, pela polêmica que causa. A abertura dos arquivos sobre a ditadura militar é um debate não resolvido pelos governos considerados de centro-esquerda que exerceram o poder a partir da metade da década de 1990. Os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, que foram aposentados compulsoriamente e presos pela Lei de Segurança Nacional, respectivamente, e seus assessores e ministros tanto discutiram o tema como deixaram que os arquivos permanecessem fechados e com acesso restrito, dependendo do documento, por até 30 anos.

É nessa esfera que o debate sobre a reparação e o esquecimento sobre o passado recente do país retorna a cada sentença de indenização favorável a familiares de mortos ou desaparecidos no período ou a cada pessoa que abre processo de indenização, impedida de exercer suas funções profissionais, ou a cada notícia de que se encontraram documentos referentes ao período queimados em casas abandonadas ou em cercas de aeroportos.¹²⁶

Qual seria o significado da palavra esquecimento que a anistia comporta? E qual desses significados foi entendido pela lei de 1979, já que o efeito de reparação é quase nulo e só seria alterado em 1995 com a lei que permitiu indenizações, ainda com ressalvas?

O esquecimento com o qual o governo militar contava é certamente aquele que foi assimilado pela sociedade civil, depois de promulgada a lei. Em sua dissertação, Fabiola Brigante Del Porto trabalha com a informação de que, segundo o Instituto Gallup, em abril de 1979, numa pesquisa publicada pela revista *Veja*, para a maioria dos brasileiros a anistia não é questão importante. Dos entrevistados, 35% dizem desconhecer o seu significado e apenas 12% desejam uma anistia ampla e irrestrita (DEL PORTO, 2002, anexos).

¹²⁶ Faço referência aqui a notícias de cerca de dois anos atrás, que relata que foram encontrados documentos de supostos arquivos militares referentes ao período da ditadura, destruídos ou quase isso, em casas abandonadas e na cerca de um aeroporto .

Ao mesmo tempo em que a anistia representou a vitória, como colocaram muitos dos líderes do movimento, para a aproximação da democracia tão almejada, representou o encerramento do debate, sem que ele fosse resolvido ou negociado, e por isso foi uma decepção. Os desdobramentos históricos do processo de anistia no presente trazem à tona as questões não resolvidas que esse passado recente nos legou.

Sua não resolução é sempre evidenciada pelas não resoluções que acumula, e se mostra no incômodo que se percebe entre militares e ex-militantes de esquerda. Muitos deles, por sua vez, também tendem ao esquecimento dos fatos, para evitar voltar aos acontecimentos do período.

Apesar de os países terem medidas bem diferentes com relação aos governos militares, no Brasil, mesmo quando a discussão é iniciada de forma contundente e por um ministro de governo,¹²⁷ o debate não é endossado ou sequer levado adiante pela sociedade civil e opinião pública ou ainda pelos mesmos grupos ou pessoas que permanecem na luta pelos direitos humanos até hoje.

A prova de que esse debate é necessário e deve ser mantido por entidades responsáveis com o governo vigente é exatamente a intensidade com a qual o assunto incomoda e provoca novas discussões. Portanto, trata-se de um debate que apenas se inicia.

Apesar dos quase 30 anos de vigência da lei, sua aprovação não deve ser colocada como uma vitória ou derrota, mas o debate sobre ela deve ser estimulado e promovido para que outros crimes não sejam cometidos e acobertados, como a história mostra acontecer em períodos de governos de cerceamento de liberdade e coerção social.

¹²⁷ O Ministro especial de Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, levantou a hipótese de anulação da lei da Anistia.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

1. Fontes

1.1. Imprensa

Boletim Maria Quitéria

Edições n. 1, 1977

Edições n. 2, junho/1977

Edições n. 3, julho /1978

Edições n. 4, março/1979

Movimento

Edições de 31/07/1978

Edições de 07/08/1978

Edições de 27/02/1978

Edições de 06 /11/1978

Brasil Mulher

Edições n. 0, outubro de 1975

Edições n. 1, dezembro de 1975

Edições n. 2, 1976

Edições n. 3, 1976

Edições n. 4, 1976

Edições n. 5, 1976

Edições n. 6, 1976

Edições n. 7, junho de 1976

Opinião

Edições n. 134, maio de 1975

Edições n. 138, abril de 1975

Edições n. 139, julho de 1975

Edições n. 183, maio de 1976

Pasquim

Edição de julho de 1977

O São Paulo

Edição 01/01/1975

Edição 20/09/1975

Edição 29/11/1975

Edição 08/01/1977
Edição 12/03/1977
Edição 02/04/1977
Edição 17/09/1977
Edição 25/07/1977
Edição 23/02/1979
Edição 19/05/1979
Edição 05/07/1979
Edição 13/07/1979
Edição 24/08/1979
Edição 31/ 08/1979
Edição 07/09/1979
Edição 12/10/1979

Coojornal

Edição do mês de novembro de 1977

O Estado de São Paulo

Edição 05/03/ 1975
Edição 15/04/1978
Edição 07/03/1979
Edição 27/12/1979
Edição 04/12/2007

Jornal da Tarde

Edição 31/07/1979
Edição 23/08/1979

Folha de São Paulo

Edição 28/01/2007

1.2. Entrevistas

Nicodemus Pessoa

Jornalista que atou em vários jornais, entre eles o *Jornal da Tarde*, em São Paulo, na década 1970. Foi o jornalista responsável por assinar o boletim *Maria Quitéria*. Seu depoimento foi colhido pela pesquisadora deste trabalho em São Paulo, em entrevista realizada em 17 de agosto de 2007.

Yara Peres

Jornalista e professora, foi uma das participantes do Movimento Feminino pela Anistia. Foi casada com Rodolfo Konder, também jornalista e amigo do Wladimir Herzog. Atualmente trabalha numa agência de comunicação, em São Paulo. Entrevista realizada por e-mail, em 21 de maio de 2007.

Luis Eduardo Greenhalgh

Advogado de presos políticos da década de 70, um dos fundadores do CBA. É membro do Partido dos Trabalhadores, foi várias vezes deputado federal por São Paulo. Até hoje é advogado de famílias de presos e desaparecidos políticos. Entrevista realizada em 18 de março de 2007.

Therezinha Zerbine

Advogada, fundadora do Movimento Feminino pela Anistia. Filiada ao PDT, é membro do diretório nacional do partido. É viúva do general Euryale Zerbine. Seus depoimentos foram colhidos pela pesquisadora deste trabalho nos dias 9 de maio, 30 de maio, 16 de agosto e 18 de setembro de 2007.

Sites Consultados:

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/8Exilio/Articulacao_da_oposicao.asp

[http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1854,](http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1854)

http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5744_2.asp

<http://memoriaviva.digi.com.br/mulheres/quiteria.htm>,

<http://www.estado.com.br/editorias/2007/12/28/pol-1.93.11.20071228.1.1.xml>

<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/>

<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1979/6683.htm>

www.agenciaestado.com.br

Bibliografia

ALESSANDRI, Marcia Regina. *Governo Geisel e a distensão Política*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação de história da PUC-SP, 1987.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun, MACIEL, Laura Antunes (org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Política, esquerda e imprensa alternativa no Brasil dos anos 70: objetos e fontes históricas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1999.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI. O retrato do mostro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

BRAGA, José Luiz. *O pasquim e os anos 70*. Brasília: UNB, 1991.

BUITTONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulheres de papel: representação da mulher na imprensa feminista brasileira e imprensa feminina*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

- CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- CARDOSO, Lucileide Costa. *Memória e Poder: as criações memorialistas de regime de 64*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação de história da PUC-SP, 1993.
- CARDOSO, Elizabeth da Penha. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2004.
- CHARF, Clara (coord.). *Brasileiras – Guerreiras de paz*. São Paulo: Contexto, 2006.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher na ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil, 1964 – 1985*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1 sem. 2005.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e tinta. Periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: Educ, 2000.
- DEBERTÓLIS, Karen Silvia. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a Imprensa Alternativa*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. As representações do feminismo entre ex-integrantes do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará. *Anais Eletrônicos, Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século, XX – ST 40*, UFSC.
- GASPARI, Elio. *Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. 2003. Tese de doutorado-Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

GREENHALGH, Luis Eduardo. Entrevista pessoal realizada em 18 de março de 2007.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1996.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas, revolucionários nos tempo da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

_____. *Abertura: a história de uma crise*. São Paulo: Brasil Debates, 1982.

MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia*. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: Anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

MIR, Luís. *A revolução impossível. A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller, 1994.

MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abrahmo/Boitempo Editorial, 1999.

MORAES. Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em Movimento*. São Paulo: Nobel, 1985.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *A distensão no Brasil. O projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papyrus, 1995.

PEREIRA. Mauricio Broinizi. *O complexo industrial militar brasileiro: O projeto Brasil Potência e os programas e construção da Autonomia Tecnológica e Estratégias das Forças Armadas (1964-1994)*. 1996. Tese de doutorado. FFLCH. Universidade de São Paulo.

PERES, Yara. Entrevista realizada por e-mail, em 21 de maio de 2007.

PESSOA, Nicodemus. Entrevista concedida à pesquisadora, São Paulo, 17 de agosto de 2007.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abrahmo, 2003.

DEL PORTO, Fabiola Brigante. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

RAMOS, Andressa Maria Vilar. *A liberdade permitida: contradições, limites e conquistas do movimento pela Anistia: 1975-1980*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação de história da PUC-SP, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História. In: TELES, Janaina. *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* São Paulo: Humanitas, 2001.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura militar no Brasil: o que ficou escondido. In: Anais Eletrônicos do XXI Congresso LASA, Chicago, Illinois, 24-26 de set/1998.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SINGER, Paul. *A crise do "milagre" – Interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Gláucio A.D.; D'ARAUJO, Maria Helena; CASTRO, Celso (orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1999

TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TELES, Janaina. *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* São Paulo: Humanitas, 2001.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VALLI, Virginia. *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

WEISS, L. e ALMEIDA, M.H. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao Regime militar. In: SCHWARTZ, Lilia Moritz (org.). *Historia da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZERBINE, Therezinha Godoy. *Anistia: Semente da Liberdade*. São Paulo, 1979.

_____. Entrevistas pessoais nos dias 9 de maio, 30 de maio, 16 de agosto e 18 de setembro de 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)